

2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatório de Gestão



**MONTEMOR
O/NOVO**

Câmara Municipal

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA DO EXECUTIVO	3
ENQUADRAMENTO TÉCNICO FINANCEIRO	21
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	22
I.1 Estrutura política	22
I.2 Estrutura Organizacional	22
I.3 Recursos Humanos	24
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO	26
II.1 Análise Orçamental	26
II.1.1 Orçamento	26
II.1.2 Equilíbrio Orçamental	26
II.1.3 Receita Orçamental	27
II.1.4 Despesa Orçamental	28
II.1.5 Execução Plano Plurianal de Investimento e Plano de Atividades	29
II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	31
II.2.1 Análise ao Balanço	31
II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados	34
II.2.3 Indicadores económico-financeiros	35
II.2.4 Endividamento Municipal	35
III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	38
IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
IV.1 Balanço	39
IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza	40
IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa	41
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
IV.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	43
IV.1.1 Identificação da entidade e período de relato	43
IV.1.2 RECURSOS HUMANOS	43
IV.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	43
IV.3 rubrica de caixa e depósitos bancários	43
IV.4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras ... 45	

IV.4.2	Principais políticas contabilísticas	45
IV.4.2.1	Ativos fixos tangíveis	45
IV.4.2.2	Propriedades de investimento.....	46
IV.4.2.3	Ativos intangíveis.....	47
IV.4.2.4	Acordos de concessão de serviços	48
IV.4.2.5	Loações	55
IV.4.2.6	Participações financeiras	55
IV.4.2.7	Imparidade de ativos	56
IV.4.2.8	Inventários	57
IV.4.2.9	Instrumentos Financeiros	57
IV.4.2.10	- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	59
IV.4.2.11	- Regime do Acréscimo	59
IV.4.2.12	- Julgamentos e estimativas	60
IV.4.2.13	- Principais pressupostos relativos ao futuro	61
IV.4.2.14	- Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros	61
IV 5	- NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62
	Nota 6 – Loações	67
	Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos	67
	Nota 24 - Diferimentos	81
	NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS	82
	NOTA 26 - GASTOS E PERDAS	82
	NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	83
	NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	84
	Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL	85
	Nota 30 – DEPRECIAÇÕES	85
V	- Contabilidade de Gestão	86
VII	- Anexo às Demonstrações Orçamentais	88
	VII.1 – DDORC	88
	VII.2 - Operações de Tesouraria	89

NOTA DE ABERTURA DO EXECUTIVO

Embora 2022 tenha sido o primeiro ano económico deste executivo, ele marca o início de um ciclo, de um tempo de mudança. O Município de Montemor-o-Novo, com projetos diferenciadores, mas também dando continuidade aos projetos anteriormente iniciados, pretende ser o motor de maior prosperidade e de revitalização económica, contribuindo assim para o bem-estar dos munícipes, através de uma democracia participativa.

Iniciámos o ano de 2022 em contexto pandémico provocado pela COVID 19, continuando o Município a responder às necessidades da população, através de um trabalho de parceria com as várias entidades e instituições regionais e concelhias, auxiliando famílias, empresas, instituições sociais e associações.

O ano transato ficará também marcado pela consolidação da transferência de competências da Administração Central para as autarquias locais, Montemor-o-Novo recebeu as áreas da saúde e educação. Acreditamos que este processo trará benefícios para a população, pois promove uma política de proximidade e de diálogo.

No contexto económico, promoveu-se o desagravamento fiscal, fruto da redução da participação do Município no IRS de 2022, que baixou uma unidade percentual, ficando nos 4%. Esta redução irá beneficiar, sobretudo, quem vive dos rendimentos de trabalho. Relativamente ao IRC, lançámos uma derrama com taxa de 1% e foi mantida a taxa reduzida de 0,5%.

Salienta-se que o desempenho orçamental de 2022 teve como base a avaliação da nossa realidade económico-social, a análise demográfica, a incerteza do contexto pandémico e também a subida generalizada dos preços de bens e serviços, refletida neste período de inflação.

Ao nível interno, foi aprovado o novo Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, com a finalidade de melhor servir os montemorenses, tornando os serviços mais eficientes e céleres.

Por força da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Por outro lado, o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), conjugado com o art.º 76 do referido diploma, prevê que deverão ser elaborados os correspondentes documentos de prestação de contas e conseqüentemente apreciados quer pelo órgão executivo (Câmara Municipal), quer pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). Igualmente, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33, que é competência da Câmara Municipal elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas, a qual, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 2 do art.º 25 da mesma Lei, deverá remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, em cumprimento do previsto na citada legislação, foi elaborado o presente Relatório de Gestão referente ao ano económico de 2022, o qual, acompanhado dos demais documentos que compõem a prestação de contas, demonstram a situação económica e financeira do exercício económico, esclarecem sobre as origens das receitas e a natureza das despesas da Autarquia, refletindo a utilização dos recursos afetos ao desenvolvimento das atividades e investimentos municipais e o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos, respondendo não só às questões dos órgãos autárquicos respetivos, mas também dos munícipes, os quais têm, com este documento, a possibilidade de conhecerem como são aplicados os recursos públicos do seu município.

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo no ano de 2022 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas, contribuindo para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Por último um reconhecimento aos funcionários e colaboradores do Município de Montemor-o-Novo pelo trabalho realizado. Com este esforço, colaboração, disponibilidade e união de todos vamos atingir os propósitos a que nos comprometemos, rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, que tanto nos orgulha e gosto dá em cá viver. Afinal, Montemor-o-Novo: “SABE MUITO BEM!”

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA



No ano de 2022 a proximidade com os munícipes foi um dos fatores mais importantes da gestão autárquica. O fortalecimento da cidadania sustenta as tomadas de posição e as diferentes escolhas estratégicas. Nesse sentido, em 2022, continuámos com o **atendimento semanal aos munícipes** e consolidámos a **transmissão online direta**, ficando em arquivo as reuniões dos órgãos autárquicos: **Câmara Municipal e Assembleia Municipal**. Aumenta assim a interação e o contacto com os munícipes.

Iniciámos também um **novo ciclo de comemorações do 25 de Abril** que irá perdurar nos anos seguintes. Numa democracia pluralista e representativa é imprescindível e fundamental a participação ativa de todas as forças políticas eleitas democraticamente no nosso concelho. Por isso, em conjunto com a Assembleia Municipal, organizámos a **Sessão Solene de comemoração do 48.º aniversário do 25 de Abril**, onde todas as forças políticas puderam participar livremente, dignificando as celebrações desta data tão importante.

Através da reorganização do **Gabinete de Informação, Comunicação e Imagem**, operacionalizada em 2022, reforçámos a **divulgação da informação da atividade municipal, das Juntas de Freguesia** e das forças vivas da comunidade de forma mais aberta, mais transparente, mais concertada, mais próxima do munícipe e com menos carga ideológica. Cidadãos mais informados, críticos e criativos, contribuem para uma democracia cada vez mais plural e participada.

Em 2022, além do atendimento aos munícipes, desenvolvemos também um conjunto importante de **sessões temáticas e de interesse relevante para o concelho de Montemor-o-Novo** onde foi auscultada a população. Destaca-se a elevada adesão e participação nos **Conselhos Local Júnior e Sénior de Adaptação às Alterações Climáticas**.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO



A excelente localização geográfica do concelho de Montemor-o-Novo e as suas potencialidades intrínsecas, constituem-se como mais valias. É urgente revitalizar o tecido empresarial. Em 2022 a autarquia de Montemor-o-Novo continuou a assumir a responsabilidade pela promoção e dinamização na captação de investimento, recebendo cada vez mais agentes económicos. Demos início a uma **política de abertura económica ao investimento nacional e estrangeiro**.

Para tal, a nível fiscal, no ano de 2022, **lançámos uma derrama com taxa de 1%** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o IRC. Foi também **mantida a taxa reduzida de derrama de 0,5%** para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €, o que se traduziu num benefício fiscal para as micro e pequenas empresas sediadas no concelho de cerca de **90.000,00€**. Este desagravamento fiscal realizado em 2022 teve a intenção de fixar tecido empresarial no território de Montemor -o- Novo, sendo a autarquia sensível às dificuldades sentidas, sobretudo nas pequenas e médias empresas, neste período de aumento generalizado do custo de bens e serviços.

Deu-se continuidade ao **ciclo de visitas às empresas** do Concelho. Estas visitas têm como objetivo conhecer o trabalho desenvolvido pelas empresas, perspetivas futuras e dificuldades.

A **startUP Montemor-o-Novo** assume, cada vez mais, um importante papel enquanto infraestrutura de incubação de empresas e de dinamização da atividade económica, através do apoio à constituição, instalação e desenvolvimento de empresas na sua fase embrionária e de arranque e consolidação, proporcionando-lhes condições físicas para o seu crescimento e reafirmação no território. No ano 2022 a startUP Montemor-o-Novo dinamizou o **“1º Concurso de Ideias de Negócio”**, destinado a premiar as duas melhores ideias a implementar no concelho de Montemor-o-Novo. Os objetivos da iniciativa, que irá ter continuidade nos anos seguintes,

prendem-se com o fomento do empreendedorismo e a constituição de novas empresas de cariz inovador, permitindo a renovação e diversificação do tecido económico concelhio, a fixação de quadros qualificados e a consequente criação e distribuição de riqueza.

Na atividade da startUP Montemor-o-Novo destaca-se ainda o “**Mês do Empreendedorismo: Empreender, Desenvolver e Inovar em Montemor-o-Novo**”, onde foram desenvolvidas um conjunto de iniciativas dedicadas aos empreendedores, empresários e comunidade do nosso concelho. Deu-se também continuidade ao ciclo “**A starUP Convida...**” onde os empresários locais, representantes de entidades locais e empreendedores partilharam entre si, experiências, desafios com que se deparam atualmente e oportunidades que os levaram a escolher ou a ficar no nosso território para desenvolver os seus negócios. Em 2022 foram realizadas 2 sessões.

Depois de dois anos de interregno devido à pandemia da Covid-19, a tradicional **Feira da Luz/Expomor** regressou o ano passado. A edição de 2022 confirmou o evento como um dos principais dinamizadores da economia local e um dos maiores certames do Alentejo, onde se pode encontrar o que de melhor existe na região nas mais variadas vertentes: hospitalidade, inovação, atividades económicas, cultura, movimento associativo, espetáculos, exposições, desporto e tradição.

Também em 2022 foi realizada a **18.ª edição do Festival das Sopas**, um importante certame que se afigura como uma mais-valia na mostra gastronómica e económica do concelho.

O ano de 2022 fica também marcado pelo reforço do apoio ao comércio local, agente económico tão importante e dinamizador dos centros urbanos. O Município de Montemor-o-Novo, as Juntas de Freguesia do concelho e a Associação Comercial do Distrito de Évora desenvolveram em 2022, no âmbito do Protocolo **Local**, um conjunto de iniciativas que tiveram como **objetivo promover e dinamizar o comércio tradicional**.

Conscientes das dificuldades e dos desafios que se colocam perante os pequenos empresários locais, foi dinamizado um conjunto de medidas que tiveram como objetivo revitalizar a atividade económica local, destacando-se o **MorNatal**, com um investimento de 80.377,00€, os **Vouchers de Apoio à Família** – junho (16.780,00€) e setembro (17.880,00€) com o objetivo de incentivar as compras no comércio tradicional local e também as duas iniciativas de **Animação de Rua** realizadas no verão de 2022 (6.470,00€). Em 2022 o **Protocolo Local teve um investimento municipal total de 121.627,64 €**.

HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO



Nas últimas décadas o nosso Concelho tem registado uma perda acentuada de população. Para contrariar esta tendência necessitámos desenvolver um plano que vise o aumento da habitação disponível no concelho e para melhores condições de habitabilidade. Plano este que deverá acompanhar o desenvolvimento económico.

Em 2022 começámos o **levantamento de imóveis em ruínas, deteriorados e devolutos**, com vista à concretização da “**Estratégia Local de Habitação**”, que promoverá a reabilitação de habitações municipais devolutas e a reabilitação de habitações propriedade de IPSS’s do concelho.

Nesta importante área regista-se o **trabalho em parceria e o estreitar de relações** institucionais com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P – **IHRU**, assim como com a **Direção-Geral do Tesouro e Finanças**.

Continuámos a ter a máxima atenção para com o parque habitacional municipal, com o término da **reabilitação/requalificação de 4 imóveis municipais**.

CULTURA, EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL



A Cultura e a Arte continuam a ser uma marca importante do concelho e constituem um pilar no desenvolvimento socioeconómico do nosso território e na sua valorização.

Em 2022, demos continuidade às diversas ofertas de atividades multidisciplinares que refletem as várias sinergias que têm vindo a ser solidificadas entre os diferentes agentes culturais, as Juntas, e o Município.

Apoiámos as **associações culturais** instaladas no concelho com uma verba total de **528.901,02€**.

Reprogramámos a **agenda de espetáculos do Cine-Teatro Curvo Semedo**, com o agendamento de concertos de artistas nacionais com elevada qualidade.

No mês de agosto, em parceria com o Rancho Folclórico Fazendeiros de Montemor-o-Novo, coproduzimos a **XI Mostra Internacional de Folclore de Montemor**, trazendo à nossa cidade grupos etnográficos de Portugal, Egito e Lituânia.

Em setembro, recebemos o festival itinerante **“Terras sem Sombra”**, com um conjunto de espetáculos e iniciativas que partilharam e projetaram o legado cultural e natural do Alentejo, através de uma programação que deu a conhecer um território ímpar e que contribuiu para a formação de novos públicos.

Ao longo do ano, continuámos a dinamizar o **Ciclo da Primavera, o Ciclo de Outono e a Festa do Teatro**. De salientar que o Ciclo da Primavera contempla espetáculos para as freguesias, selecionados pelas próprias, promovendo a descentralização cultural.

Também organizámos o **IV Encontro Internacional de Agueiras de Montemor-o-Novo**, em pareceria com a Associação de Agueira de Portugal. Durante 9 dias, artistas provenientes de vários países encontraram-se em Montemor-o-Novo, para pintar a cidade e a região Alentejo.

A **Biblioteca Municipal Almeida Faria**, com o “**Roteiro Literário Levantado do Chão**” obteve o **prémio “Bibliotecas: Desenvolvimento e a Agenda 2030”**, distinção da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação) e da DGLAB (Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas), que tem como objetivo distinguir projetos desenvolvidos por bibliotecas públicas portuguesas em conformidade com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O prémio foi recebido em Guimarães no dia 7 de dezembro de 2022.

Por outro lado, o Roteiro dispõe de **uma nova sinalética** de entrada nas localidades do concelho, **com novos totens**, um novo grafismo e com reforço à divulgação da N2.

No que diz respeito à **Educação**, o ano 2022 ficou marcado pela **transferência de competências** que se efetivou no mês de abril. Foi estabelecida uma política de proximidade e de diálogo permanente com as escolas, nos mais diversos eixos, salvaguardando a autonomia pedagógica e curricular do Agrupamento de Escolas.

Particular destaque para a reabertura, no mês de outubro, de uma sala de aula da **Escola Básica de Cabrela**, encerrada desde o ano letivo 2013/2014. Esta reabertura foi fruto do trabalho conjunto e da cooperação institucional entre o Município, a Junta de Freguesia de Cabrela, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Alentejo.

Destaca-se também a atribuição de **bolsas de estudo de acesso ao Ensino Superior**. Foram entregues 102 bolsas de mérito, num valor total de **96.350,00€**.

Durante o mês de março organizámos as **X Olimpíadas Nacionais de Filosofia**, o maior evento de Filosofia para alunos do ensino secundário, que permitiu apurar os estudantes que representaram Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Filosofia.

Mantivemos a colaboração com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e a Universidade do Porto na organização da **Universidade Júnior**, premiando 20 alunos do 5º ao 11º ano com bom aproveitamento escolar.



Na área da **Ação Social e Saúde**, durante o ano 2022, houve um intenso trabalho de preparação na transferência de competências. Na Saúde esta transferência efetivou-se em dezembro de 2022 e na área da ação social, pese embora se tenha efetivado já em 2023, houve todo um trabalho de cooperação com o Instituto de Segurança Social. IP e com a Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo. Acreditamos que todo este complexo processo traz benefícios para a população, pois fomenta uma política de proximidade e de diálogo. Será mais fácil estabelecer parcerias entre as instituições pois o processo de decisão está ao nível local.

Também continuámos com as diligências para a formalização da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montemor-o-Novo – CPCJ**.

Prosseguimos com o **apoio às instituições de cariz social (430.711,00 euros)**, nomeadamente: protocolos com centros lúdicos; apoio a alunos carenciados; subsídios ordinários com instituições profissionais e não profissionais de cariz social; apoio no âmbito do combate à pandemia COVID-19; acolhimento dos utentes da associação de proteção social à População de São Geraldo na Zona de Concentração de Apoio à População – ZCAP.

Em outubro, novembro e dezembro dinamizámos o **“Mês do Cidadão Idoso”** com a realização de atividades lúdicas e de envelhecimento ativo.

Durante o ano 2022 apoiámos o **acolhimento de refugiados da guerra da Ucrânia**. Este apoio teve carácter institucional e logístico. Também apoiámos a realização do **Convívio das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos do concelho**, que juntou cerca de 709 pessoas no Parque de Exposições Municipal.

TURISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL



Consideramos o Turismo e o Património Cultural, áreas estratégicas para o desenvolvimento económico do concelho. Trata-se do aumento de oportunidades de trabalho e do crescimento das exportações, pela relevância que estes dois setores ganharam no país e na região. Sendo presentemente setores com capacidade para criar emprego, mereceram uma atenção privilegiada na atividade municipal durante o ano de 2022.

Realizaram-se diversas **visitas aos agentes turísticos** presentes no território do concelho. Estas visitas tiveram como objetivos uma aproximação do Município aos agentes locais, bem como uma perceção das principais dificuldades e planos futuros para a continuidade dos projetos, podendo desta forma apoiar e dinamizar a economia local.

De forma a promover o Turismo e o concelho, participámos na **Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL**, a maior feira de turismo do país. Neste importante certame demos a conhecer novos projetos e reforçámos a promoção dos que já contam com atividade, onde realçámos, por exemplo, o Roteiro Literário Levantado do Chão.

Na área do Turismo, iniciámos o ciclo de conversas “**Vamos Falar de Turismo**”. Esta primeira edição, subordinada ao tema “*A importância das parcerias entre os diferentes agentes no território*” contou com a participação de diversos agentes locais e revelou a importância das sinergias e parcerias para a promoção turística do concelho.

A aposta no setor do Turismo, saiu reforçada em 2022, com a assinatura do protocolo “**Formação + Próxima**”, projeto desenvolvido pelas Escolas do Turismo de Portugal, em parceria com as autarquias, com o objetivo de descentralizar a formação em turismo e adaptá-la às necessidades locais, à diversidade das empresas do setor e extensível a toda a cadeia de valor do turismo, num programa de formação que seja mais próximo das pessoas e das necessidades dos territórios.

Foram também dinamizadas diversas **visitas ao Património Cultural e Religioso**, permitindo a todos os participantes conhecer e valorizar o nosso vasto Património Histórico, Imaterial e Natural.

No ano de 2022 regressaram as **Jornadas do Património**, com o tema “*Património Geológico e Valorização do Território*”. Durante o evento foi dado a conhecer o projeto “**Montemor-o-Novo – Terra de Migmatitos**” e assinado um protocolo de cooperação entre o Município, a Universidade de Évora, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a FCIências.ID, para a sua concretização. Este projeto tem como principal objetivo o estudo e valorização das rochas magmáticas e metamórficas do Rio Almansor e Perímetro Urbano de Montemor-o-Novo, numa perspetiva de classificação do património e valorização do território.

Continuámos a comemorar o **Dia Internacional dos Monumentos e Sítios**, promovendo visitas gratuitas ao Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo, visitas guiadas ao núcleo museológico do Convento de São Domingos e visitas ao Rio Almansor na perspetiva do importante património geológico presente. Em março de 2022 decorreram as comemorações do **Dia Nacional dos Centros Históricos**. Iniciativa que proporcionou visitas guiadas ao centro histórico de Montemor-o-Novo, entradas gratuitas no Centro Interpretativo do Castelo, no Centro de Etnologia e no Convento de São Domingos. Foi ainda dinamizado um desafio fotográfico intitulado “O Centro Histórico de Montemor-o-Novo” e promoveu-se a exposição “O Centro Histórico da Vila e da Cidade” que esteve presente no Arquivo Municipal.

O Município de Montemor-o-Novo convidou ainda a conhecer ou recordar a extraordinária vida de João Cidade, mais tarde São João de Deus, patrono da cidade de Montemor-o-Novo, através da **1.ª edição do Concurso Literário – “Conto Infantil sobre São João de Deus”**. Este concurso literário, cujo o prémio teve um valor de 1500,00€, foi uma iniciativa que pretendeu selecionar um conto infantil para publicação em livro, com o objetivo de valorizar e promover o património cultural do Concelho.

DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA



O desenvolvimento urbanístico sustentável é a chave para o sucesso em todas as suas dimensões. É isto que se pretende para o concelho de Montemor-o-Novo. É necessário assegurar que os serviços de saúde, educação, cultura, entre outros, sejam de acesso a todos. Um concelho inclusivo, que valoriza a qualidade ambiental, a coesão territorial e o crescimento sustentável, garantindo que as **freguesias rurais** sejam parte do processo.

É nesta perspetiva que em 2022 demos especial atenção às nossas **7 freguesias**. As freguesias são o primeiro contato da população com o Poder Local. Em muitas ocasiões substituem o Poder Central e também o Município. Os **protocolos de colaboração, os acordos interadministrativos** e todo o apoio às freguesias do concelho de Montemor-o-Novo foi um compromisso assumido durante o ano de 2022.

No âmbito do **Gabinete de Apoio às Freguesias** tem sido garantido apoio igualitário a todas, numa preocupação efetiva com o bem-estar de todos os fregueses, assumindo o princípio da universalidade e da igualdade, refletido na certeza de que todas as freguesias beneficiam das mesmas competências.

Neste âmbito foram assinados em 2022 os **Autos de transferência de recursos**, após processo de negociação que obedeceu aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência de recursos.

Em 2022 realizámos o estudo de qualidade do ar exterior e contagem de tráfego para continuarmos a desenvolver o processo para encontrar a melhor solução, economicamente

viável, que retire o trânsito de viaturas pesadas de transporte de mercadorias do centro da cidade de Montemor-o-Novo, para que a Avenida Gago Coutinho seja um espaço de relevante interesse para o concelho.

Iniciámos o projeto de um sistema de transporte público flexível para toda a área geográfica do concelho, com ligação à **Plataforma de Transporte a Pedido do Alentejo**. Um trabalho conjunto entre o Município, as Juntas de Freguesia, os taxistas e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDRA.

Ainda na área da **mobilidade sustentável** e no sentido de ir ao encontro das restantes cidades nacionais que estão comprometidas com os objetivos de neutralidade carbónica, foi aprovada a candidatura à implementação de um **sistema de partilha de bicicletas elétricas** para uso nas viagens do dia-a-dia. Esta aquisição do sistema de partilha de bicicletas elétricas está inserida na Operação FEDER-Implementação de Percursos Livres de Obstáculos no âmbito do Plano de Acessibilidade e Mobilidade, integrada Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Montemor-o-Novo (PEDU) e tem **comparticipação de 85%**.

Na área ambiental e de adaptação às alterações climáticas, o ano de 2022 ficou marcado pelo início da definição e conceção da **Estratégia Municipal Ambiental** e pela continuidade da elaboração do **Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas** que teve momento importante de auscultação da comunidade montemorense com a realização dos **Conselhos Local Júnior e Sénior de Adaptação às Alterações Climáticas**.

Em 2022 continuámos com a **Estratégia Alimentar - SMEA de Montemor-o-Novo**, assente no princípio de um território agroecológico, em que a sustentabilidade económica, ambiental e biodiversidade, são os pilares da política pública local para o setor agroalimentar. Além das diversas atividades realizadas ao longo de todo o ano, 2022 ficou marcado pelo lançamento do **1.º volume da Revista SMEA**, um documento que foi um importante suporte de comunicação da marca SMEA.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS



A gestão criteriosa da água para consumo humano, o saneamento e tratamento de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos, constituem-se como importantes prioridades da ação autárquica.

Na **área do abastecimento de água para consumo humano** destacamos as intervenções na **implementação da macromedição nos sistemas de abastecimento** de água de Santa Sofia, São Cristóvão, São Brissos e Santiago do Escoural com a colocação de caudalímetros e sondas de nível, dataloggers e equipamentos de comunicação para assegurar a telegestão de todos os reservatórios ou pontos de entrega com medição em tempo real dos consumos de água nestes sistemas. Todos os sistemas atualmente possuem macromedição em todos os reservatórios de distribuição.

Importa também destacar a **criação de uma equipa para pesquisa ativa de roturas**, composta por quatro elementos que previamente frequentaram formação específica para o efeito na Academia das Águas Livres (EPAL), assim como a **Empreitada de “Ampliação de rede de abastecimento de água da Zona Industrial da Adua”**.

No **saneamento de águas residuais**, o ano ficou marcado pela **reabilitação das redes de drenagem de águas residuais** numa extensão de 120 metros lineares da Rua dos Lavadouros em Lavre, no âmbito das obras de requalificação dos Lavadouros levado a cabo pela União de

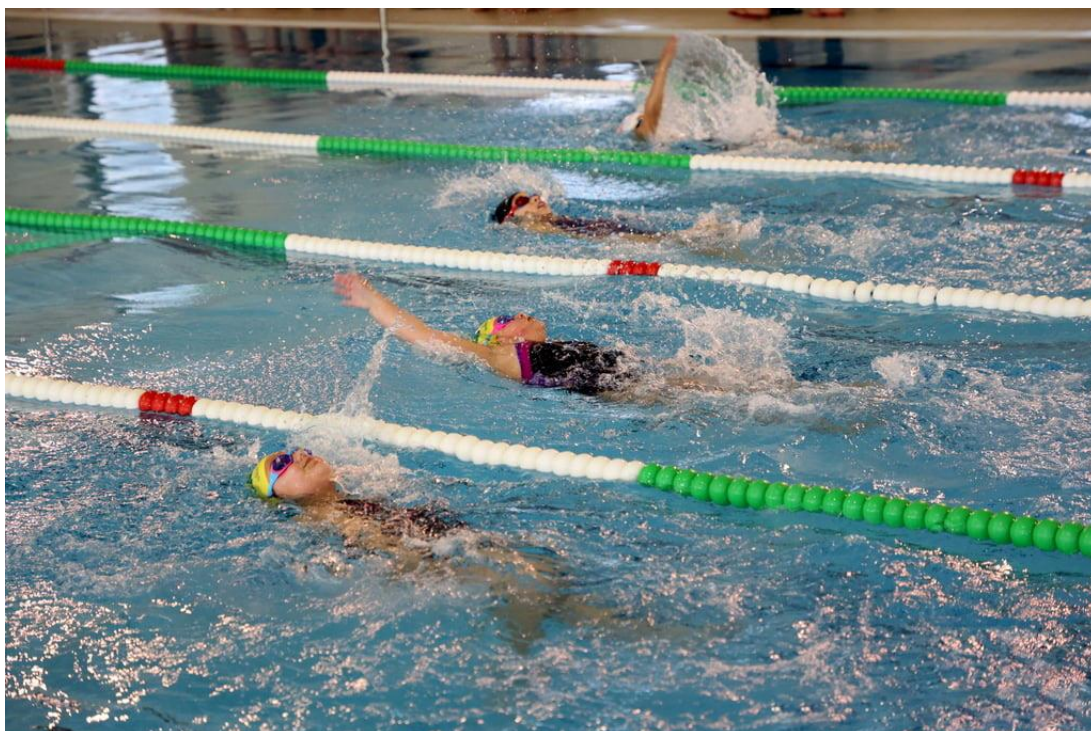
Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre. Realizaram-se também obras com a **Empreitada de “Desvio de Linha de Água na Adua”**.

Na **gestão dos resíduos urbanos** promovemos a compostagem doméstica e comunitária através do projeto **REPlanta** e do projeto **Biobairros** (baldes, ilhas de compostagem, kit de monitorização, ações de divulgação e educação ambiental) e também a aprovação de nova candidatura através do Fundo Ambiental (Recolhabio) incluindo **recolha piloto no setor HORECA** e valorização de resíduos verdes de jardins.

Nos óleos alimentares usados iniciámos o Projeto de **alteração da rede urbana de oleões** (em fase de implementação). Em 2022 adquirimos **equipamento para lavagem (a quente) dos veículos de recolha de resíduos urbanos**.

Na área dos **jardins e espaços verdes** constitui-se de **uma equipa de poda e gestão do arvoredo urbano**. Também foram **instalados sistemas gota-a-gota** em pequenos espaços verdes da cidade ainda com rega manual.

DESPORTO E JUVENTUDE



O Desporto é outro pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho e tem um impacto direto na saúde física e mental dos cidadãos bem como no desenvolvimento social, em especial dos jovens.

Por assumirmos isto, em 2022 continuámos a **promover eventos municipais e a apoiar eventos promovidos pelo movimento associativo, com o objetivo de garantir Desporto para Todos**. Procurámos, através da prática desportiva, combater o isolamento e as desigualdades e sensibilizar a população para as vantagens de adoção de estilos de vida saudáveis.

Iniciámos o processo de apoio especializado às Associações/Clubes, trilhando um caminho rumo à profissionalização administrativa dos mesmos e garantindo o maior número de recursos (técnicos e humanos), sobretudo ao nível da formação, através de **contratos-programa estabelecidos com as associações/clubes**.

Como exemplo, apontamos o apoio em **33.537,00€ para a construção de dois campos de padel** no Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, num acordo entre o Município de Montemor-o-Novo e o Governo Português.

Continuámos também com o programa de promoção da prática desportiva **“Escolas de Modalidade”**, fundamental para responder às necessidades de ocupação válida e sadia dos tempos livres da juventude e para a promoção e dinamização das associações e dos clubes desportivos, contribuindo para o desenvolvimento desportivo sustentado no concelho de Montemor-o-Novo, assim como com o programa **“Crescer em Movimento”**, que estabelece um pagamento mensal a atribuir aos clubes e associações.

Em síntese, no ano de 2022, o apoio da Câmara Municipal às associações desportivas, foi cerca de **500.000,00€**.

GARANTIR A PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA



Compete ao **Serviço Municipal de Proteção Civil** pôr em prática atividades de proteção em todo o concelho, assim como tratar e divulgar informações relacionadas com esta matéria. Estão assim implícitas medidas de prevenção, avaliação de riscos, planeamento e também apoio direto às operações de socorro e salvamento.

Durante o ano de 2022 e para cumprir todas as competências dispostas na legislação em vigor, houve um forte **reforço nos recursos humanos** do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Foram elaborados diversos planos, onde se destacam o **Plano Municipal de Emergência, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Operacional Municipal**.

Promovemos também a **Equipa Fixa de Vigilância Florestal** que é operacionalizada em parceria com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, com o objetivo de sensibilizar os mais jovens para a necessidade de defesa da floresta, possibilitar aos jovens voluntários o contacto com a corporação de bombeiros e promover o aumento da área coberta por vigilância fixa.

A execução de **faixas de gestão de combustível** em estradas e caminhos municipais e o **combate à vespa velutina** (vespa asiática) foram atividades relevantes operacionalizadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

Neste ano houve um forte incremento no apoio à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo (AHBVMN)**. Esta importante associação montemorense desenvolve em prol da população um conjunto de atividades fundamentais para a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos e doentes, a extinção de incêndios, o desenvolvimento da atividade física e desportiva através da sua seção de Atletismo e da equipa de Manobras e ainda a promoção e desenvolvimento da atividade cultural através da sua

Fanfarra. Como tal, em 2022, houve um **aumento do subsídio ordinário à AHBVMN, com o valor total de 120.000,00€.**

Também em 2022 o Município de Montemor-o-Novo atribuiu diversos apoios extraordinários à AHBVMN, onde se destaca a **compra de equipamento de proteção individual (27.367,50€) e o protocolo para aquisição de viaturas (42.550,00€).**

Participamos na constituição da **1.ª Equipa de Intervenção Permanente**, que tem como objetivo garantir em permanência os serviços de socorro às populações. Em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Município de Montemor-o-Novo assegurou o funcionamento desta equipa com um investimento anual de **26.600,00€**. Ainda aprovámos a constituição da **2.ª Equipa de Intervenção Permanente** que está agora em fase de instalação.

Por último, **cedemos por interesse público um trabalhador do município para o cargo de Comandante do Corpo Ativo dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo**, sendo o vencimento suportado pela nossa autarquia.

Em 2022, o total de apoios concedidos à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo** foi de **217.760,44€.**

ENQUADRAMENTO TÉCNICO FINANCEIRO

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o determinado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Montemor-o-Novo, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2022.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriram caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas públicas).

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

A implementação em 2020 de um novo normativo contabilístico baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo, permitiu a continuação da implantação do novo normativo, o Município de Montemor-o-Novo que se expõe nos documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

O presente relatório analisa os recursos humanos, a situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2022.

I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

I.1 Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

No ano de 2022 a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo mantém a constituição de 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, por via do cargo de Presidente das Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 7 membros, 1 Presidente e 6 Vereadores.

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, o executivo apresenta a seguinte composição:

- Presidente: Olímpio Manuel Vidigal Galvão
- Vice-Presidente: Henrique José Leocádio Lopes
- Vereador: Sílvia de Sousa Carranca Vieira dos Santos
- Vereador: António Luis Pinto Xavier
- Vereador: António Adriano Mateus Pinetra
- Vereador: Gil Pegado Porto
- Vereador: Paula Cristina Vaqueirinho Bilro

I.2 Estrutura Organizacional

No exercício de 2022, face à alteração da estrutura de organização dos serviços municipais, aprovada pela Assembleia Municipal a 19 de abril de 2022 e em reunião de Câmara de 18 de maio de 2022, por ponderação e avaliação pelo novo executivo, considerou-se essencial alterar a estrutura orgânica pelo que foi proposto o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, que teve como objetivo, em termos gerais, tornar os serviços mais eficientes com o reforço ou a criação de chefias intermédias.

Esta reorganização visou também responder às implicações que a Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, que estabeleceu para o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.

O regulamento pretende também reforçar a eficiência dos serviços municipais, beneficiando a desburocratização e a transparência, sem deixar de considerar as regras do equilíbrio financeiro. O Município prossegue a promoção de uma administração municipal mais eficiente e modernizada, contribuindo para a melhoria das condições de exercício e das suas atribuições,

visando atingir os objetivos gerais de reforço da cultura organizacional de serviço público, democrático, aberto, transparente, de qualidade, visando o interesse público, melhorar qualitativamente a prestação de serviços aos munícipes e adequar os serviços municipais às novas responsabilidades do Município.

Deste modo a reestruturação que agora se preconiza prevê a alteração substancial de alguns serviços existentes, permitindo enfatizar determinadas áreas que se consideram fundamentais da atividade municipal, tendo em conta, nomeadamente, o atual contexto socioeconómico, o número de serviços disponibilizados à população e as alterações legislativas que dominam, nesta fase, a transferência de competências.

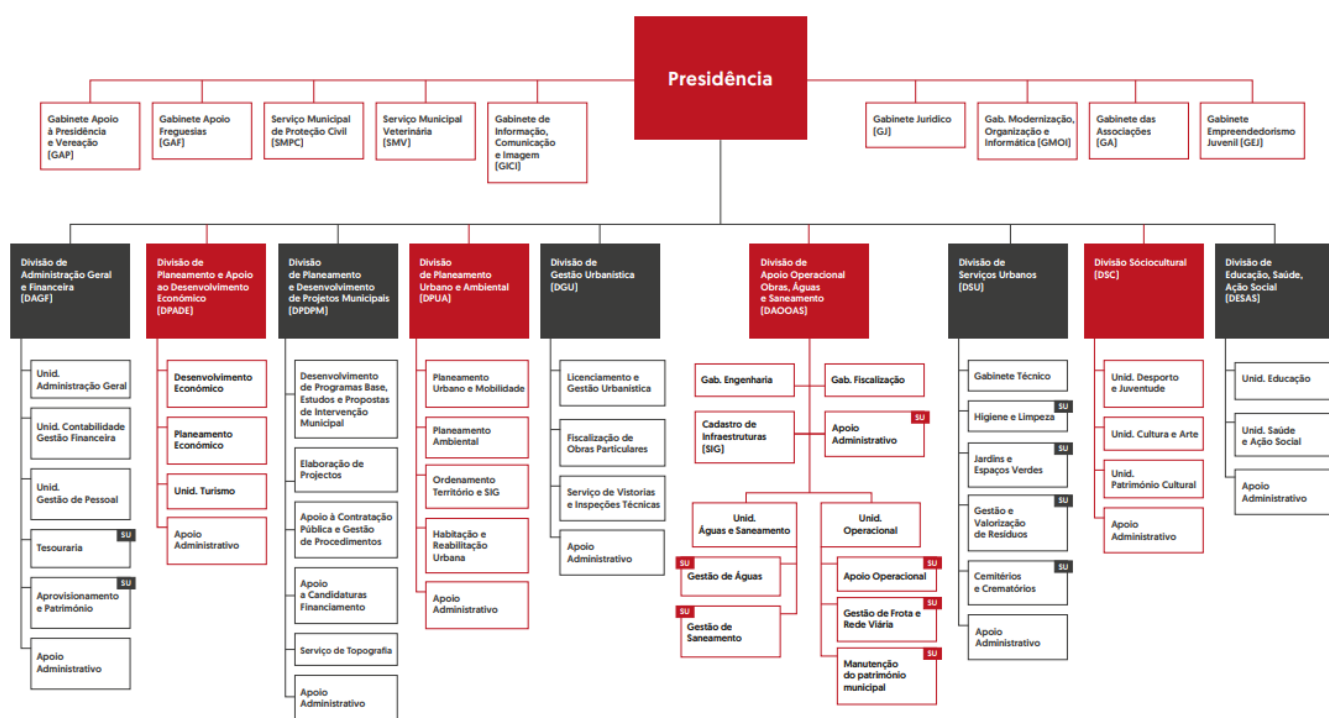
Neste novo enquadramento organizacional mantém-se o necessário equilíbrio na distribuição de funções, a concentração de meios em funções de suporte, com o necessário recurso crescente a novas tecnologias, bem como é o resultado de uma nova visão e foco que se pretende imprimir quer em áreas de expansão quer em áreas de interesse estratégico do Município.

O ano de 2022 ficou também marcado pela transferência de competências da administração central para as autarquias locais, com a aplicação da Lei nº 50/2018 de 16 agosto e respetiva legislação setorial. Em abril de 2022 assumimos as competências na área da educação (Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 janeiro) salvaguardando a autonomia pedagógica e curricular do Agrupamento de Escolas. Em dezembro do mesmo ano aceitamos as competências na área da saúde (Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 janeiro), nomeadamente em matéria de recursos humanos – assistentes operacionais, apoio logístico e gestão de imóveis.

Foi com grande sentido de responsabilidade, mas também com uma forte convicção que foram assumidas estas novas competências. Esta é uma oportunidade para efetivar uma política de proximidade e assim contribuir para uma melhor prestação de serviços à população do concelho de Montemor-o-Novo. Será mais fácil estabelecer parcerias entre as instituições pois o processo de decisão está ao nível local.

Assim a publicitação na II Série do Diário da República pelo despacho nº 7244/2022 de 06 de junho de 2022 deu origem à atualização do organograma que se apresenta.

Organograma em 31 de dezembro de 2022



(in Despacho nº 7244/2022 de 06 de junho de 2022)

I.3 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 20/12/2021 e em reunião de Assembleia Municipal de 28/12/2021, o mapa de pessoal para 2022. O mesmo foi posteriormente revisto em reunião de Câmara Municipal de 20/12/2022 e em Assembleia Municipal de 29/04/2022.

No final de 2022, o número de trabalhadores ao serviço era de 466, número que representou um acréscimo de 92 trabalhadores face ao ano de 2021.

No decorrer de 2022 foi iniciado procedimento concursal com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado de:

15 Técnicos Superiores;

6 Assistentes Técnicos;

8 Assistentes Operacionais com recurso a reserva de recrutamento;

24 Assistentes Operacionais;

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

		Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 4 anos de Escolaridade	H					3				2	5
	M					9				2	11
	Total					12				4	16
4 Anos de Escolaridade	H					19					19
	M					6					6
	Total					25					25
6 Anos de Escolaridade	H					52					52
	M					19					19
	Total					71					71
9 Anos ou Equivalente	H				1	50					51
	M				1	43					44
	Total				2	93					95
11 Anos de Escolaridade	H				4	3					7
	M				3	1					4
	Total				7	4					11
12 Anos de Escolaridade (ou equivalente)	H		2		23	21		5			51
	M				43	64					107
	Total		2		66	85		5			158
Bacharelato	H										0
	M		1	1							2
	Total		1	1							2
Licenciatura	H		8	17	1	2					28
	M		11	25	11	3					50
	Total		19	42	12	5					78
Mestrado	H		1	3							4
	M			3	1	1					5
	Total		1	6	1	1					9
Doutoramento	H										0
	M			1							1
	Total			1							1
Total	H	0	11	20	29	150	0	5	0	2	217
	M	0	12	30	59	146	0	0	0	2	249
	Total	0	23	50	88	296	0	5	0	4	466

As despesas com pessoal, nas quais se incluem os respetivos encargos sociais, somaram durante o ano de 2022 , 8.779.591,99 euros.

II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

II.1 Análise Orçamental

II.1.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 20 de dezembro de 2021 e pelo órgão deliberativo a 28 de dezembro de 2021, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de 25.460.000 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativas ou permutativas, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se manteve em vigor em 2022.

Ao longo de 2022 foram realizadas 45 alterações, das quais 41 alterações permutativas e 4 alterações modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 5.566.333,37 euros, para o valor final de 31.026.333,37 euros. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 5.022.829,10 euros.

Classificação	Designação	Previsões corrigidas	Execução	Grau de Execução Orçamental		Classificação	Designação	Dotações corrigidas	Execução	Grau de Execução Orçamental	
R1	Receita fiscal	3 538 000,00 €	3 516 451,56 €	-3,19	102,58	D1	Despesas com o pessoal	8 912 041,22 €	8 779 329,48 €	1,02	97,49
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					D11	Remunerações Certas e Permanentes	6 545 742,46 €	6 451 263,91 €	1,23	97,33
R3	Taxas, multas e outras penalidades	310 608,28 €	224 218,11 €	3,89	68,29	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	475 832,58 €	457 155,35 €	1,22	94,86
R4	Rendimentos de propriedade	1 473 000,00 €	1 115 675,18 €	18,46	57,28	D13	Segurança social	1 890 466,18 €	1 870 910,22 €	0,24	98,72
R5	Transferências e subsídios correntes	13 296 848,08 €	13 203 865,23 €	3,56	95,74	D2	Aquisição de bens e serviços	9 133 748,21 €	7 227 496,45 €	2,28	76,85
R6	Venda de bens e serviços	2 673 003,47 €	2 310 884,43 €	1,76	13,03	D3	Juros e outros encargos	15 214,64 €	13 847,92 €		91,02
R7	Outras receitas correntes	328 618,00 €	48 602,40 €	-1,76	13,03	D4	Transferências e subsídios correntes	2 862 439,00 €	2 574 214,02 €	0,47	89,46
R8	Venda de bens de investimento	24 000,00 €	-11 358,75 €	-47,84	0,51	D5	Outras despesas correntes	318 120,00 €	273 365,71 €	3,90	82,03
R9	Transferências e subsídios de capital	3 985 673,00 €	2 869 138,43 €	2,92	69,07	D6	Aquisição de bens de capital	8 255 295,48 €	4 627 517,41 €	4,09	51,97
	Total:	31 026 333,37 €	28 305 135,70 €	3,11	88,12	D7	Transferências e subsídios de capital	1 454 292,82 €	890 499,94 €	0,08	61,15
						D8	Outras despesas de capital	10,00 €			
						D9	Despesa com ativos financeiros	10,00 €			
						D10	Despesa com passivos financeiros	75 162,00 €	75 160,82 €		100,00
						Total:	31 026 333,37 €	24 461 431,75 €	2,14	76,70	

II.1.2 Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município de Montemor-o-Novo cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta acrescida da parte do saldo de gerência afeta a despesas correntes é superior à soma da despesa corrente com as amortizações médias de empréstimos no valor de 1.584.180,50 euros.

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL 2022

Receita Corrente Bruta Cobrada	20 539 972,47
Saldo Gerência (a)	
Despesa Corrente Paga	18 882 001,80
Amortização Média dos Empréstimos	73 790,17
Excedente	1 584 180,50

a) nos termos do nº 5 do artº 40º da Lei 73/2013, concorre para o calculo do equilibrio orçamental a proporção do saldo de gerências que se destine financiar despesa corrente

II.1.3 Receita Orçamental

A receita total cobrada líquida em 2022 atingiu 28.305.135,70 euros, (20.419.696,91 euros de receitas correntes, 2.857.779,68 euros de receita de capital, e ainda 5.027.659,11 euros de outra receitas onde foi registado o saldo da gerência anterior), representando um grau de execução de 88,12%, no prosseguimento do limite imposto para o cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Do total de 23.282.306,60 euros da receita efetiva, 21.321.034,84 euros tiveram origem em receitas próprias e 1.961.271,76 euros em financiamentos comunitários.

Comparativamente com o exercício de 2021 verificou-se um acréscimo da receita de 2.529.188,09 euros, que corresponde a mais 10,86%, crescimento que se encontra, em parte influenciado pela transferência de competências da Educação.

As transferências com um peso de 56,78% no total da receita mantém a posição dominante na estrutura da receita.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL							
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				2021	
RA01	Saldo de gerência anterior	4 505 369,98 €	435 121,08 €	82 338,04 €	237 506,60 €	5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
RI01	Operações orçamentais [1]	4 505 369,98 €	435 121,08 €	82 338,04 €		5 022 829,10 €	3 077 271,49 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais						
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]				237 506,60 €	237 506,60 €	264 874,52 €
RA02	Receita corrente	19 861 133,74 €	558 563,17 €			20 419 696,91 €	17 970 851,80 €
R1	Receita fiscal	3 516 451,56 €				3 516 451,56 €	3 245 691,11 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
R3	Taxas, multas e outras penalidades	224 218,11 €				224 218,11 €	145 914,24 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 115 675,18 €				1 115 675,18 €	1 243 821,99 €
R5	Transferências e subsídios correntes	12 645 302,06 €	558 563,17 €			13 203 865,23 €	11 303 061,90 €
R6	Venda de bens e serviços	2 310 884,43 €				2 310 884,43 €	1 954 650,01 €
R7	Outras receitas correntes	48 602,40 €				48 602,40 €	77 712,55 €
RA03	Receita de capital	1 455 071,09 €	1 402 708,59 €			2 857 779,68 €	4 440 851,21 €
R8	Venda de bens de investimento	-11 358,75 €				-11 358,75 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 466 429,84 €	1 402 708,59 €			2 869 138,43 €	4 440 851,21 €
R10	Outras receitas de capital						
RA04	Receita efetiva [2]	21 321 034,84 €	1 961 271,76 €			23 282 306,60 €	22 418 879,32 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 830,01 €				4 830,01 €	7 176,31 €
RA05	Receita não efetiva [3]						279 796,80 €
R12	Receita com ativos financeiros						1 012,40 €
R13	Receita com passivos financeiros						278 784,40 €
RA06	Soma [4]-[1]+[2]+[3]	25 826 404,82 €	2 396 392,84 €	82 338,04 €		28 305 135,70 €	25 775 947,61 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]				140 988,27 €	140 988,27 €	174 587,10 €

II.1.4 Despesa Orçamental

Apesar da significativa disponibilidade financeira o orçamento teve uma execução na despesa de 24.461.431,75 euros o que representa uma execução 78,84% das dotações. Em relação ao exercício de 2021 a despesa paga cresceu 3.708.313,24 euros.

O total da despesa paga corresponde a 83,64 % dos compromissos assumidos em 2022, sendo que a despesa corrente corresponde a 77,13% da despesa total, a despesas de capital os restantes 22,87%.

Para o saldo de compromissos a transitar (4.328.189,95 euros) contribuem maioritariamente as rubricas D7 aquisição de bens de capital com o montante de 2.320.636,83 euros, a D2 de aquisição de bens e serviços no montante de 1.442.897,46 euros, e ainda a D8 de transferências de capital com o valor de 304.050,44 euros. De referir que as obrigações por pagar reduziram significativamente para 454.906,45 euros.

A despesa com pessoal paga mantém-se como a categoria de maior peso de 35,89% no total da despesa em 2022.

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL								
RUBRICA	Y	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				2021	
DA01		Despesa corrente	18 787 449,44 €		80 804,14 €		18 868 253,58 €	14 513 216,32 €
D1		Despesas com o pessoal	8 779 329,48 €				8 779 329,48 €	7 295 962,68 €
D2		Aquisição de bens e serviços	7 146 692,31 €		80 804,14 €		7 227 496,45 €	5 078 673,62 €
D3		Juros e outros encargos	13 847,92 €				13 847,92 €	15 439,15 €
D4		Transferências e subsídios correntes	2 574 214,02 €				2 574 214,02 €	1 866 415,38 €
D5		Outras despesas correntes	273 365,71 €				273 365,71 €	256 725,49 €
DA02		Despesa de capital	3 319 209,31 €		2 116 470,00 €	82 338,04 €	5 518 017,35 €	6 075 063,33 €
D6		Aquisição de bens de capital	2 428 709,37 €		2 116 470,00 €	82 338,04 €	4 627 517,41 €	4 541 330,38 €
D7		Transferências e subsídios de capital	890 499,94 €				890 499,94 €	1 383 732,95 €
D8		Outras despesas de capital						150 000,00 €
DA03		Despesa efetiva [5]	22 106 658,75 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €	24 386 270,93 €	20 588 279,65 €
DA04		Despesa não efetiva [6]	75 160,82 €				75 160,82 €	164 838,86 €
D9		Despesa com ativos financeiros						
DA05		Soma [7]=[5]+[6]	22 181 819,57 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €	24 461 431,75 €	20 753 118,51 €
DOT1		Operações de tesouraria [C]				151 442,66 €	151 442,66 €	201 955,02 €
DA06		Saldo para a gerência seguinte	3 644 585,25 €		199 118,70 €		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
DA07		Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 644 585,25 €		199 118,70 €		3 843 703,95 €	5 022 829,10 €
DA08		Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				227 052,21 €	227 052,21 €	237 506,60 €
DA09		Saldo global [2] - [5]	-785 623,91 €		-236 002,38 €	-82 338,04 €	-1 103 964,33 €	1 830 599,67 €
DA10		Despesa primária	22 092 810,83 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €	24 372 423,01 €	20 572 840,50 €
DA11		Saldo corrente	1 073 684,30 €		477 759,03 €		1 551 443,33 €	3 457 635,48 €
DA12		Saldo de capital	-1 864 138,22 €		-713 761,41 €	-82 338,04 €	-2 660 237,67 €	-1 634 212,12 €
DA13		Saldo primário	-771 775,99 €		-236 002,38 €	-82 338,04 €	-1 090 116,41 €	1 846 038,82 €
DA14		Receita total [1] + [2] + [3]	25 826 404,82 €		2 396 392,84 €	82 338,04 €	28 305 135,70 €	25 775 947,61 €
DA15		Despesa total [5] + [6]	22 181 819,57 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €	24 461 431,75 €	20 753 118,51 €

II.1.5 Execução Plano Plurianal de Investimento e Plano de Atividades

No exercício de 2022 o DPPI teve uma execução total de 9.150.029,11 euros, destacando-se, entre outros, nas Funções Gerais o investimento no Centro Interpretativo Levantado do Chão, no programa Municipal de Modernização Administrativa na implementação do programa “No Paper” direcionado aos serviços do urbanismo, e ainda pela Aquisição de Equipamentos para diversos serviços do Município.

Nas Funções Sociais, os principais investimentos foram aplicados em escolas como na Requalificação na EB1 e Refeitório Escolar de Montemor, na Requalificação do JI nº 1 de Montemor, na Requalificação da EB1 e JI do Escoural, e ainda no Apoio a Obras e Equipamentos em Associações de Educação e Ação Social e às IPSS e Associações Culturais e Recreativas, nas Beneficiações e Ampliações diversas no concelho, na Manutenção de Conservação de Reservatórios de Abastecimento de Água, na aquisição de Equipamento de Resíduos, na Reabilitação do Convento da Saudação, e nas Grutas do Escoural, no prosseguimento de aquisição de Equipamentos para o Cine Teatro Curvo Semedo e de Equipamentos Desportivos.

Nas Funções Económicas os principais investimentos foram na Estratégia de Eficiência Energética do Alentejo, com forte aposta nas obras de Infraestruturas de Pavimentações e Passeios nas Freguesias, em que o grande destaque se reflete nas empreitadas de Beneficiação de Estradas – 507 e 530, e na Requalificação do Espaço Público na Rua Teófilo Braga e dos Largos e Praças do Centro Histórico, e ainda na Implementação dos Percursos Livres do Obstáculos no âmbito do Plano de Acessibilidade e Mobilidade. Por fim, nas Outras Funções, além do prosseguimento de aquisição de hardware, o investimento mais

significativo está refletido na aquisição do edifício no Largo dos Paços do Concelho para reforço das instalações.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO - PPI																						
Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas			Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual	Nível de execução financeira global
	Código	Ano	Ta	Número				R.G	R.P	U.E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
1					Funções gerais				349 732,44 €	102 000,00 €					451 732,44 €	313 000,00 €	764 732,44	126 950,37	368 620,87	495 571,24	81,60	64,80
2					Funções sociais				1 924 984,63 €	1 330 330,97 €	298 361,54 €				3 553 677,14 €	11 573 093,62 €	15 126 770,76	1 019 136,94	1 121 270,62	2 140 407,56	31,55	14,15
3					Funções economicas				3 146 250,85 €	1 295 125,61 €					4 441 376,46 €	7 236 372,63 €	11 677 749,09	2 800 816,56	3 123 281,25	5 924 097,81	70,32	50,73
4					Outras funções				618 792,26 €						618 792,26 €	480 200,00 €	1 098 992,26	47 517,62	542 434,88	589 952,50	87,66	53,68
Total:								6 039 760,18 €	2 727 456,58 €	298 361,54 €				9 065 578,30 €	19 602 666,25 €	28 668 244,55 €	3 994 421,49 €	5 155 607,62 €	9 150 029,11 €			

Relativamente à DPA, a sua execução foi na ordem de 1.329.420,87 euros, onde se incluem os acordos de execução e contratos administrativos e ainda os protocolos de cooperação estabelecidos com as Juntas de Freguesia do concelho, com cerca de 88% de execução e 12% respeitantes à Transferência de Competências da Educação.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO - PA																						
Objetivo	Número do projeto				Designação do projeto	Rubrica	Forma de realização	Grupo de Fontes de Financiamento				Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %	
	Código	Ano	Ta	Número				R.G	R.P	U.E	EMPR	Início	Fim	Ano	Ano Seguinte	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
2					Funções sociais					298 674,05 €					298 674,05 €	435 000,00 €	733 674,05		162 184,35	162 184,35	54,30	22,11
4					Outras funções					643 000,00 €					643 000,00 €	2 125 000,00 €	2 768 000,00	805 050,65	362 185,87	1 167 236,52	56,33	42,17
Total:								941 674,05 €					941 674,05 €	2 560 000,00 €	3 501 674,05 €	805 050,65 €	524 370,22 €	1 329 420,87 €				

II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

II.2.1 Análise ao Balanço

Em 2022 o ativo do Município de Montemor-o-Novo atingiu os 62.771.656,37 euros o que significa um aumento de 1.959.466,67 euros face ao ano anterior (3,12%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		53 606 826,80 €	50 087 254,68 €
Ativos intangíveis		317 503,56 €	380 600,51 €
Participações financeiras		552 727,00 €	552 727,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		40 827,80 €	9 488,80 €
Diferimentos		1 160 871,22 €	1 270 985,58 €
Outras contas a receber		39 799,44 €	
		55 718 555,82 €	52 301 056,57 €
Ativo corrente			
Inventários		150 898,08 €	122 801,18 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		141 117,86 €	660 615,96 €
Clientes, contribuintes e utentes		188 743,05 €	326 565,41 €
Estado		1 186,74 €	
Outras contas a receber		2 335 135,78 €	1 992 119,52 €
Diferimentos		165 262,88 €	148 695,36 €
Caixa e depósitos		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
		7 053 100,55	8 511 133,13
Total do ativo		62 771 656,37	60 812 189,70

Os ativos fixos tangíveis representam 85,4% do total do ativo, contra 82,36% em 2021, registando um crescimento líquido de 1.959.466,67 euros.

No exercício de 2022 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Os ativos intangíveis registaram uma redução de 63.096,95 euros no valor escriturado, reduzindo o seu peso na estrutura do ativo de 0,63% para 0,51%

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete uma redução pouco significativo de 2,76% relativamente a 2021, com efeitos particulares nas disponibilidades.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 57,72% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em relação ao passivo, o Município de Montemor-o-Novo fechou o ano com um valor de 7.327.662,54 euros, sendo constituído em 17,68% por passivo não corrente e em 82,32% por passivo corrente.

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões		744 757,06 €	642 415,72 €
Financiamentos obtidos		510 669,59 €	614 857,91 €
Diferimentos		39 799,44 €	
		1 295 226,09 €	1 257 273,63 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 355 085,03 €	1 485 726,72 €
Fornecedores		295 731,28 €	244 839,28 €
Estado e outros entes públicos		106 374,58 €	94 390,51 €
Financiamentos obtidos		90 526,82 €	61 499,32 €
Fornecedores de investimentos		189 195,42 €	1 029 122,18 €
Outras contas a pagar		1 976 551,45 €	1 665 782,93 €
Diferimentos		2 018 971,87 €	2 445 620,66 €
		6 032 436,45	7 026 981,60
Total do Passivo		7 327 662,54	8 284 255,23

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um decréscimo proveniente de 13,05% (menos 956.592,69 euros), que resulta essencialmente da variação na conta de fornecedores de investimentos os (menos 839.926,76 euros), ao qual se acumula a redução dos diferimentos (menos 426.648,79 euros), inerentes a investimentos em ativos, que à data de relato se encontravam ainda em execução e que serão transferidos para o património líquido à medida que esses investimentos estejam concluídos e as condições do financiamento se encontrem satisfeitas.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar (1.976.551,45 euros) dizem respeito a acréscimos de gastos que representam 3% desta rubrica do balanço.

Quanto aos financiamentos obtidos foi registado um ligeiro crescimento de 29.027,50 euros.

Reforçaram-se as provisões, constituídas para dar cobertura a novos processos judiciais e aos que se mantêm em curso.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 55.443.993,83 euros, o que traduz num crescimento de (5,26%) relativamente ao ano anterior. A sua evolução em 2022, foi a seguinte:

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/ Capital		99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas		2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados		- 63 320 029,26 €	- 63 511 095,80 €
Outras variações no património líquido		17 132 727,09 €	13 526 191,60 €
Resultado líquido do período		- 691 420,97 €	190 121,70 €
Total do Património Líquido		55 443 993,83 €	52 527 934,47 €

II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados

A demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2022 é negativo em 691.420,97 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelas depreciações no montante de 2.376.529,15 euros.

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022				
RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	3 680 340,13 €	3 174 218,79 €
Vendas	13/21	+	969 423,31 €	986 590,02 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	2 767 613,56 €	2 414 203,13 €
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	12 664 482,79 €	11 897 805,77 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-51 513,02 €	-48 688,12 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-7 426 908,47 €	-5 565 107,75 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-9 297 966,37 €	-7 214 094,42 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 252 819,07 €	-3 250 946,62 €
Prestações sociais	22/25	-	-151 848,01 €	-6 960,19 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-	-5 677,78 €	9 230,48 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	+/-	141 766,64 €	8 212,40 €
Provisões (aumentos/ reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Aumentos/ reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	2 173 795,46 €	1 063 287,83 €
Outros gastos e perdas	22	-	-528 874,95 €	-499 852,97 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			1 681 814,22 €	2 967 898,35 €
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 376 529,15 €	-2 761 325,41 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-694 714,93 €	206 572,94 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	13 719,97 €	
Juros e gastos similares suportados	22	-	-10 426,01 €	-16 451,24 €
Resultado antes de impostos			-691 420,97 €	190 121,70 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-691 420,97 €	190 121,70 €
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

Efetuada uma análise aos gastos de 2022, podemos verificar que o maior impacto foi registado no aumento dos gastos com o pessoal no montante de 2.083.871,95 euros, em parte, nos fornecimentos e serviços externos que foi de 1.861.800,72 euros, e ainda nos outros gastos e perdas com uma amplitude de 1.110.507,63 euros, em parte originado pela transferência de competências efetivada em 2022.

No exercício de 2022 o CMVMC registou uma variação de pouco significativa relativamente ao exercício anterior.

Na análise aos rendimentos de 2022, embora se identifique um aumento em todas as rubricas, podemos destacar o impacto mais significativo ocorrido pelas transferências e subsídios obtidos especificamente pelas transferências do OE em 766.677,02 euros, e nos outros rendimentos e ganhos em 1.110.507,63 euros derivados pela especialização dos financiamentos.

II.2.3 Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	Ano 2022			Ano 2021		
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	55 443 993,83	62 771 656,37	0,88	52 527 934,47	60 812 189,70	0,86
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	55 443 993,83	7 327 662,54	7,57	52 527 934,47	8 284 255,23	6,34
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	7 053 100,55	6 032 436,45	1,17	8 511 133,13	7 026 981,60	1,21
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - Inventário / Passivo Corrente	6 902 202,47	6 032 436,45	1,14	8 388 331,95	7 026 981,60	1,19
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	4 070 756,16	1 295 226,09	3,14	5 260 335,70	7 026 981,60	0,75
Rendimentos do Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	-691 420,97	55 443 993,83	-0,01	190 121,70	52 527 934,47	0,00

II.2.4 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o Município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2022 do Município de Montemor-o-Novo face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2022, não excede o limite de endividamento.

Nota: o quadro abaixo não considera o impacto no endividamento das Associações de Municípios, empresas Municipais e Serviços Municipalizados, já que na presente data os respetivos valores relativos às suas contas não são conhecidos pelo Município.

Da análise do quadro acima constata-se que o endividamento do município reduziu do índice 20,4% para 10,6% face à média da receita corrente registada no triénio de 2019-2021.

Capacidade de Endividamento				
Receita corrente		01/01/2022		31/12/2022
	2022	20 419 696,91 €		20 419 696,91 €
	2021	17 970 851,80 €	17 970 851,80 €	17 970 851,80 €
	2020	16 816 861,62 €	16 816 861,62 €	16 816 861,62 €
	2019	17 218 228,67 €	17 218 228,67 €	17 218 228,67 €
Média			17 335 314,03 €	24 141 879,67 €
Limite			26 002 971,05 €	36 212 819,50 €
Passivo				
	20.2		1 485 726,72 €	1 355 085,03 €
	21.8		- €	- €
	22.1		143 314,39 €	158 171,53 €
	22.2		- €	- €
	22.5		101 524,89 €	137 559,75 €
	22.6		- €	- €
	23.		- €	- €
	24.2		45 185,04 €	52 958,10 €
	24.3		3 666,80 €	- €
	24.4		- €	- €
	24.5		45 538,67 €	53 416,48 €
	25.		676 357,23 €	601 196,41 €
	27.1		1 029 122,18 €	189 195,42 €
	27.5		- €	- €
	27.6		- €	- €
	27.7		237 370,14 €	226 750,74 €
	27.8.5		- €	- €
	27.8.9.2		13 852,95 €	14 913,25 €
Soma			3 781 659,01 €	2 789 246,71 €
Operações Tesouraria			237 506,60 €	227 052,21 €
Excecionado			- €	- €
Endividamento			3 544 152,41 €	2 562 194,50 €
Margem		01/01/2022	22 458 818,64 €	
Margem Disponível		01/01/2022	4 491 763,73 €	
Margem Disponível		31/12/2022		5 473 721,64 €
Margem para 2022				33 650 625,00 €
Margem Disponível		01/01/2023		6 730 125,00 €
			20,4%	10,6%

III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurado no decorrer do exercício de 2022 ascende ao montante negativo de 691.420,97 euros.

IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		53 606 826,80 €	50 087 254,68 €
Ativos intangíveis		317 503,56 €	380 600,51 €
Participações financeiras		552 727,00 €	552 727,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		40 827,80 €	9 488,80 €
Diferimentos		1 160 871,22 €	1 270 985,58 €
Outras contas a receber		39 799,44 €	
		55 718 555,82 €	52 301 056,57 €
Ativo corrente			
Inventários		150 898,08 €	122 801,18 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		141 117,86 €	660 615,96 €
Clientes, contribuintes e utentes		188 743,05 €	326 565,41 €
Estado		1 186,74 €	
Outras contas a receber		2 335 135,78 €	1 992 119,52 €
Diferimentos		165 262,88 €	148 695,36 €
Caixa e depósitos		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
		7 053 100,55	8 511 133,13
Total do ativo		62 771 656,37	60 812 189,70
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/ Capital		99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
Reservas		2 816 109,48 €	2 816 109,48 €
Resultados transitados		- 63 320 029,26 €	- 63 511 095,80 €
Outras variações no património líquido		17 132 727,09 €	13 526 191,60 €
Resultado líquido do período		- 691 420,97 €	190 121,70 €
Total do Património Líquido		55 443 993,83 €	52 527 934,47 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo não corrente			
Provisões		744 757,06 €	642 415,72 €
Financiamentos obtidos		510 669,59 €	614 857,91 €
Diferimentos		39 799,44 €	
		1 295 226,09 €	1 257 273,63 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 355 085,03 €	1 485 726,72 €
Fornecedores		295 731,28 €	244 839,28 €
Estado e outros entes públicos		106 374,58 €	94 390,51 €
Financiamentos obtidos		90 526,82 €	61 499,32 €
Fornecedores de investimentos		189 195,42 €	1 029 122,18 €
Outras contas a pagar		1 976 551,45 €	1 665 782,93 €
Diferimentos		2 018 971,87 €	2 445 620,66 €
		6 032 436,45	7 026 981,60
Total do Passivo		7 327 662,54	8 284 255,23
Total do Património Líquido e Passivo		62 771 656,37	60 812 189,70

IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	3 680 340,13 €	3 174 218,79 €
Vendas	13/21	+	969 423,31 €	986 590,02 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	2 767 613,56 €	2 414 203,13 €
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	12 664 482,79 €	11 897 805,77 €
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-51 513,02 €	-48 688,12 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-7 426 908,47 €	-5 565 107,75 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-9 297 966,37 €	-7 214 094,42 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-3 252 819,07 €	-3 250 946,62 €
Prestações sociais	22/25	-	-151 848,01 €	-6 960,19 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)	9/10.	+/-	-5 677,78 €	9 230,48 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	9	+/-	141 766,64 €	8 212,40 €
Provisões (aumentos/ reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Aumentos/ reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21	+	2 173 795,46 €	1 063 287,83 €
Outros gastos e perdas	22	-	-528 874,95 €	-499 852,97 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			1 681 814,22 €	2 967 898,35 €
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	26	+/-	-2 376 529,15 €	-2 761 325,41 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-694 714,93 €	206 572,94 €
Juros e rendimentos similares obtidos	21	+	13 719,97 €	
Juros e gastos similares suportados	22	-	-10 426,01 €	-16 451,24 €
Resultado antes de impostos			-691 420,97 €	190 121,70 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-691 420,97 €	190 121,70 €
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 520 245,00 €	3 025 883,56 €
Recebimentos de contribuintes		3 516 451,56 €	3 245 691,11 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 107 533,04 €	11 283 621,15 €
Recebimentos de utentes		220 982,54 €	145 346,02 €
Pagamentos a fornecedores		-7 247 134,19 €	-5 141 032,86 €
Pagamentos ao pessoal		-8 745 137,11 €	-7 229 752,80 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 197 956,34 €	-2 998 981,24 €
Pagamentos de prestações sociais		-131 611,83 €	-135 119,26 €
Caixa gerada pelas operações		1 043 372,67 €	2 195 655,68 €
Outros recebimentos/pagamentos		-350 838,08 €	-400 747,38 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		692 534,59 €	1 794 908,30 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 469 992,27 €	-4 370 754,48 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-65 196,15 €	-112 717,20 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		22 083,97 €	
Recebimentos - Propriedades de Investimento			84 594,15 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		1 243 183,01 €	990 122,38 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 463 096,08 €	3 432 517,75 €
Recebimentos - Dividendos		13 719,97 €	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 793 105,39 €	23 762,60 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			278 784,40 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento			1 012,40 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-75 160,82 €	-164 838,86 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-13 847,92 €	-15 439,15 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-89 008,74 €	99 518,79 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-1 189 579,54 €	1 918 189,69 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
SGA De execução orçamental		5 022 829,10 €	3 077 271,49 €
SGA De operações de tesouraria		237 506,60 €	264 874,52 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
SGS De execução orçamental		3 843 703,95 €	5 022 829,10 €
SGS De operações de tesouraria		227 052,21 €	237 506,60 €

IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	99 506 607,49		2 816 109,48	(63 511 095,80)	13 526 191,60	0,00	52 337 812,77	52 337 812,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Transferências e subsídios de capital					-17 559,57 €	1 401 846,17 €		1 384 286,60 €	1 384 286,60
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €		- €	- €	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					208 626,11 €	2 204 689,32 €	- €	2 413 315,43 €	(445 863,46)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	- €	- €	- €	191 066,54 €	3 606 535,49 €	- €	3 797 602,03 €	938 423,14 €
RESULTADO INTEGRAL	(3)	0	0	0	0,00	0	(691 420,97)	(691 420,97)	(691 420,97)
	(4) = (2) + (3)						(691 420,97)	3 106 181,06	247 002,17
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	=(1)+(2)+(3)+(5)	99 506 607,49		2 816 109,48	(63 319 029,26)	17 132 727,09	-691 420,97	55 443 993,83	55 443 993,83

V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IV.1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de Montemor-o-Novo

Endereço: Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

NIF: 506 609 553

IV.1.2 RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Montemor-o-Novo a 31 de dezembro de 2022, totaliza 466.

IV.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios, não tendo a entidade recorrido à IPSAS 33 por se concluir que no segundo ano de aplicação do normativo não surgiram novas situações que necessitassem de aplicação de requisitos de transição.

IV.3 RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica de caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2022, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2022	31/12/2021
11.	Caixa	8 677,27 €	6 530,52 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	2 565 593,46 €	3 823 671,07 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	1 269 734,69 €	1 195 163,97 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	226 750,74 €	234 970,14 €
TOTAL		4 070 756,16 €	5 260 335,70 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC

Designação	31/12/2022	31/12/2021
- Execução orçamental	3 843 703,95	5 022 829,10
- Operações de tesouraria	227 052,21	237 506,60
Saldo da gerência	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €

IV.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

IV.4.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Montemor-o-Novo, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

IV.4.2 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

IV.4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Montemor-o-Novo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência,

melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

IV.4.2.2 Propriedades de investimento

Se existentes as propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

IV.4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador, marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

IV.4.2.4 Acordos de concessão de serviços

Os ativos correspondentes a estes acordos de concessão, não se encontram ainda reconhecidos por ausência de informação das entidades concessionárias.

De acordo com a NCP – Norma Contabilidade Pública nº 4 no parágrafo nº 5º, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, da mesma NCP é indicado que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

Nos parágrafos 11 a 13, da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão de serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

O Município de Montemor-o-Novo tem em vigor um contrato de concessão de serviços, com a entidade E-REDES, S.A..

A - Acordo de concessão com E-Redes

Descrição do Acordo

O Município de Montemor-o-Novo, através de um contrato de concessão, concedeu à E-REDES S.A. (anteriormente designada EDP S.A.), a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município do Montemor-o-Novo.

Esta concessão implica a transferência para a E-REDES S.A., do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Aspetos principais do Acordo

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei número 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro.

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no número 2º do artigo terceiro e no artigo 4º dos decretos-leis referidos anteriormente.

A transferência do património próprio da E-REDES para o Município nos termos da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º dos decretos-lei, a que se referem os números anteriores.

O Decreto-Lei 15/2022, publicado em janeiro de 2022, estabelece na alínea 3 do artigo 285º, que a E-REDES, enquanto concessionário da rede de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, deverá remeter anualmente ao concedente o cadastro atualizado dos ativos em uso na concessão.

Embora a informação disponibilizada pela E-Redes possa responder, segundo o concessionário, ao estabelecido no DL 15/2022, certo é que esta não apresenta o detalhe necessário para o município proceder aos registos contabilísticos exigidos pela NCP 4.

Para proceder conforme exigido a informação disponibilizada pelo concessionário tem de reportar, no mínimo os seguintes elementos:

1. Desagregação dos grupos homogéneos que permita o registo por grupos de bens adquiridos na mesma data e com igual taxa de depreciação;
2. Data de início da vida útil;
3. Vida útil estimada;
4. Valor bruto;
5. Depreciações do exercício, face à vida útil estimada;
6. Depreciações acumuladas, face à vida útil estimada;
7. Imparidades associadas a cada ativo;
8. Subsídios associados a cada ativo;
9. Abates – data de abate e respetiva depreciação no ano do abate e valor contabilístico.

Face a esta situação existem pareceres da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, considerando que, apesar do contrato com a E-REDES dever ser regulado pela NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, a informação disponibilizada pela E-REDES não cumpre os requisitos da Norma, não sendo possível ao Município reconhecer os ativos de concessão afetos ao contrato.

Tendo em conta o referido acima, o Município não conseguiu, validar os valores apresentados e estando em falta a informação do valor do património, ao dispor da concessão, foi decidido não efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4 em 2022.

A informação disponibilizada pela E-Redes, relativa apenas ao exercício de 2022 é a que consta do quadro seguinte:

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	16.770.865,77	-13.179.228,51	3.591.637,26
Postos Transformação e Seccionamento	5.096.798,20	-3.773.125,83	1.323.672,37
Redes aéreas	5.965.879,95	-4.999.978,74	965.901,21
Redes subterrâneas	1.582.801,06	-1.180.874,65	401.926,41
Chegadas aéreas	483.332,62	-429.005,90	54.326,72
Chegadas subterrâneas	563.929,65	-402.331,92	161.597,73
Contadores e acessórios	1.297.323,46	-1.258.096,04	39.227,42
Contadores	1.023.993,32	-1.008.499,17	15.494,15
Outro equipamento	273.330,14	-249.596,87	23.733,27
Iluminação pública	1.122.405,04	-729.983,76	392.421,28
Eq. Telegestão Energia EDP Box	658.395,79	-405.831,67	252.564,12
Subsídios ao investimento	-4.218.957,27	3.259.982,09	-958.975,18
Postos Transformação e Seccionamento	-878.706,58	682.544,38	-196.162,20
Redes aéreas	-1.300.788,70	1.109.044,23	-191.744,47
Redes subterrâneas	-621.832,17	406.163,64	-215.668,53
Chegadas aéreas	-145.739,03	118.737,55	-27.001,48
Chegadas subterrâneas	-320.825,90	207.226,60	-113.599,30
Contadores e acessórios	-229.628,29	229.571,98	-56,31
Contadores	-220.740,33	220.719,46	-20,87
Outro equipamento	-8.887,96	8.852,52	-35,44
Iluminação pública	-721.259,19	506.675,63	-214.583,56
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-177,41	18,08	-159,33
Total	12.551.908,50	-9.919.246,42	2.632.662,08

Nota: A informação enviada pela e-redes a 16/03/2023, é provisória e não auditada.

A vida útil de acordo com os ativos complexos do mapa de reporte dos ativos da concessão é a seguinte:

Específico em BT	Vida útil (anos)
Postos Transformação e Seccionamento	25
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores	10
Outro equipamento	10
Equipamentos Acessórios e Outros	NA
Iluminação pública	25
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017)	10
Outras Funcionalidades	10
Função Medição	10
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	10

O valor dos ativos da concessão na data da sua conclusão (valor do resgate ou indemnização) é o seguinte:

31/12/2021 – 2.364.319 euros

31/12/2022 - 2.287.386 euros

B - Acordo de concessão com AgdA

Um conjunto de 21 municípios do Alentejo constituiu com o Estado a parceria pública-pública do sistema integrado de gestão de águas públicas do Alentejo, gerido pela empresa AGDA, transferindo, em 2010, para esta entidade a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, na sua vertente em alta.

O contrato tem a duração de 50 anos, findos os quais termina, ou antecipadamente se os municípios evocarem o resgate. Durante o período de concessão o município de Montemor-o-Novo transferiu para a AGDA, infraestruturas, que nas contas do concessionário se encontram registadas em ativos intangíveis no valor de 1.227.697,51 € afetas ao sistema de abastecimento e 23.896,88 € de infraestruturas afetas ao sistema de saneamento (valor do ativo bruto).

O conjunto destas infraestruturas encontra-se reconhecida nas demonstrações financeiras do município respetivamente nas contas 430362/4380362 e 430352/4380352 pelos valores de ativo bruto de 1.135.741,16 €, abastecimento de água e 148,641,78 €.

A não correspondência dos valores resulta da desagregação dos ativos reconhecidos no município não apresentarem o mesmo nível de desagregação da AGDA. identificando-se no quadro abaixo estes ativos reconhecidos na AGDA. Por outro lado, considera-se que poderão existir ativos transferidos após 2017 (data de referência da AGDA) que não se encontram devidamente reconhecidos no concessionário.

Por outro lado, no mapa 5.1 (AFT) o valor destes ativos não surge individualizado na linha infraestruturas em concessão pelo facto de faltar associar cada um desses ativos ao processo de concessão.

Identificação de ativos cedidos em concessão de rendimento à AGDA Constantes na conta da concessionária

Entidade:Ativo+B3:B2118s	Designação:	Ano de construção:	(Valor a Novo - AgdA - financiamento)*depreciação aplicável (€)
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 1	Não conhecido	11 397,77 €
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 3	Não conhecido	12 063,36 €
AR_TROCO_COLECTOR	LAVRE - INT 2	1967	435,75 €
SOMA DE ÁGUAS RESIDUAIS			23 896,88 €

Entidade:Ativo+B3:B2118s	Designação:	Ano de construção:	(Valor a Novo - AgdA - financiamento)*depreciação aplicável (€)
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	SANTIAGO DO ESCOURAL	1979	79 920,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CASTELO / R6	1928	96 750,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / R4	1989	262 570,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	AMOREIRA	1990	10 960,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / AMOREIRA - EE	1990	45 600,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC5 / Amoreira - Furo	1976	5 160,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Choupos - Furo	2000	5 590,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC6 - Furo	1976	4 740,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC7 - Furo	1976	4 930,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC12 - Furo	2000	3 210,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / IC10 - Furo	2000	4 150,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Furo da Portagem	1996	3 700,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CASTELO / R3	1980	244 830,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	MONTEMOR / R3-R6	1980	3 250,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	MONTEMOR / CAVALEIROS	1980	14 720,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	MONTEMOR / CAVALEIROS - EE	1980	56 970,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Ferro da Agulha	1981	8 610,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF5	1992	4 880,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF4	1992	5 480,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF3	1992	6 150,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / JFF2	1992	3 260,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Carvalho Franco	1992	6 690,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Cabido	1992	5 410,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Pedreirinha	1979	9 300,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Almansor	1979	10 410,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Poço Torto	1979	560,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor / Cavaleiros	1957	15 700,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F2	1981	4 630,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F3	1981	4 570,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Montemor-o-Novo / F5	1982	5 030,00 €
Águas Abastecimento (AA) - ETA	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 1	1979	7 850,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA1	1999	7 760,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA7	2005	9 975,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - FT1	1981	17 890,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	SANTIAGO DO ESCOURAL - POÇO FT1	1978	560,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA8	2005	8 333,00 €
Águas Abastecimento (AA) - ETA	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	2001	6 300,00 €
Águas Abastecimento (AA) - EE	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	2001	3 730,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Reservatórios	SANTIAGO DO ESCOURAL / ETA 2	1979	27 120,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - Furo Novo	2005	1 921,00 €
Águas Abastecimento (AA) - Captação	Santiago do Escoural - RLA2	2005	2 641,00 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC4 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	2 006,10 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC4 - Nó do Furo IC5 Montemor	Não conhecido	2 304,30 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC3 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	5 236,20 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC2 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	9 315,45 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC1 - Reservatório Senhora da Visitação	Não conhecido	14 746,80 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória da Amoreira - Reservatório da Rata	1985	17 993,13 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Choupos - Amoreira	1985	1 558,91 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC6 - Nó do Furo IC6	2000	4 530,88 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC5 / Amoreira - Elevatória da Amoreira	1976	34,34 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC7 - Nó do Furo IC6	1976	2 961,45 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Portagem - Amoreira	1976	193,16 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	1996	1 671,55 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC12 - Nó do Furo IC10	2000	6 372,10 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA1 - ETA 2	1999	3 359,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	ETA 2 Santiago do Escoural - Captação FT1	1978	920,63 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA8 - Caixa Interceção	2005	3 831,36 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA8 - Captação RLA7	2005	3 749,49 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago do Escoural FT1 - Caixa Interceção	1978	5 281,04 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção Santiago do Escoural - ETA 2	Não conhecido	3 054,75 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Santiago do Escoural - Reservatório	1944	1 215,00 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 5 - Captação Falcão 3	1982	2 284,34 €
AA_TROCO_ADUTOR	Poço Cavaleiros - Caixa Interceção 3	Não conhecido	4 355,01 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 3 - Captação Falcão 2	1981	665,78 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Falcão 2 - Poço Cavaleiros	1981	1 888,27 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 3 Montemor - Elevatória Cavaleiros	1981	323,15 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Cavaleiros / Montemor - Reservatório R3	Não conhecido	22 443,66 €
AA_TROCO_ADUTOR	Elevatória Montemor R3 - Reservatório R6	1980	2 948,72 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Ferro Agulha - Captação JFF5	1981	1 630,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF5 - Caixa Interceção 1	Não conhecido	28 183,50 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF4 - Nó Conduta do JFF5	Não conhecido	865,73 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF3 - Captação JFF2	1996	735,36 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor JFF2 - Nó Conduta do JFF5	1996	980,89 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Carvalho Franco - Nó Conduta do JFF5	1982	992,02 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Cabido - Nó Conduta do JFF5	1982	5 134,68 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Almançor - Nó Conduta do JFF5	Não conhecido	561,15 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Pereirinha - Poço Torto	Não conhecido	2 381,77 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Montemor Poço Torto - Caixa Interceção 2	Não conhecido	5 855,70 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 1 Montemor - Caixa Interceção 2	1980	1 323,20 €
AA_TROCO_ADUTOR	Caixa Interceção 2 Montemor - Caixa Interceção 3	1980	1 673,07 €
AA_TROCO_ADUTOR	Nó do Furo IC6 - Amoreira	1976	2 360,03 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	2000	2 184,96 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo IC10 - Amoreira	2000	3 974,40 €
AA_TROCO_ADUTOR	Furo Portagem - Amoreira	1996	2 134,32 €
AA_TROCO_ADUTOR	Captação Santiago Escoural RLA2 - Poço FT1	2005	9 670,69 €
	SOMA ABASTECIMENTO ÁGUA		1 227 697,51 €

Identificação de ativos cedidos em concessão de rendimento à AGDA Constantes na conta da do Município

MAPA ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																	
CMMN		2022															
Município de Montemor-o-Novo		Conta Patrimonial			43.0.3.6.2			Sistema abastecimento água concessão			Ano		2022		Data de Emissão		14/04/2023
Identificação dos Bens			Aquisição			Alterações Patrimoniais			Amortizações e Regularizações				Alienações / Abates				
Nr. Inv	Descrição	Classificador Complementar	Data	Valor	Data	Tipo	Valor	Valor Patrimonial Atualizado	Anos	Meses	Exercício	Acumuladas	Valor Patrimonial	Data	Tipo	Valor	
500057	ETAR - DO CIBORRO	430352	01/01/1989	71 826,90			0,00	71 826,90			0,00	71 826,90	0,00			0,00	
500063	ETAR - DE SÃO PEDRO - MONTEMOR-O-NOVO	430352	01/01/1977	76 814,88			0,00	76 814,88			0,00	76 814,88	0,00			0,00	
500064	ETAR - DE VALE DE FLORES - MONTEMOR-O-NOVO	430352	01/01/1980	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00			0,00	
28039	FUROS - EXECUÇÃO 3 A 9 FUROS PESQUISA EVENTUAL CAPTAÇÃO ÁGUA - ESCOURAL, SILVEIRAS E MONTEMOR	430362	25/07/2017	75 716,13			0,00	75 716,13		174	3 677,64	22 390,35	53 325,78			0,00	
28334	FUROS - EXECUÇÃO 1 A 3 FUROS PESQUISA EVENTUAL CAPTAÇÃO ÁGUA - ESCOURAL	430362	30/12/2017	17 527,10			0,00	17 527,10		179	831,48	5 123,51	12 403,59			0,00	
400017	FURO - DO FERRO DA AGULHA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	2 144,83			0,00	2 144,83			0,00	2 144,83	0,00			0,00	
400020	FURO - DA TORRE DA AMOREIRA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	3 341,95			0,00	3 341,95			0,00	3 341,95	0,00			0,00	
400023	POÇO - DA FAZENDA DA TORRINHA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 938,10			0,00	4 938,10			0,00	4 938,10	0,00			0,00	
400024	FURO - DA FAZENDA DO VALBOM - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	1 695,91			0,00	1 695,91			0,00	1 695,91	0,00			0,00	
400025	POÇO - DA TORRE DO ALMANSOR - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 938,10			0,00	4 938,10			0,00	4 938,10	0,00			0,00	
400026	FURO - NA COIRELA DO CABIDO - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	1 197,11			0,00	1 197,11			0,00	1 197,11	0,00			0,00	
400033	FURO - DO ESCOURAL	430362	01/01/1980	2 144,83			0,00	2 144,83			0,00	2 144,83	0,00			0,00	
400036	POÇO - DO ESCOURAL	430362	01/01/1980	8 978,36			0,00	8 978,36			0,00	8 978,36	0,00			0,00	
400051	EE - DA TORRE DA AMOREIRA - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	12 220,55			0,00	12 220,55			359,40	7 547,94	4 672,61			0,00	
400052	ETAS - DOS CAVALEIROS - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	11 572,11			0,00	11 572,11			399,00	8 379,72	3 192,39			0,00	
400053	ETAS - DOS CAVALEIROS - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	9 277,64			0,00	9 277,64			319,92	6 718,32	2 559,32			0,00	
400057	EE E CLORAGEM - DO ESCOURAL	430362	01/01/1944	798,08			0,00	798,08			0,00	798,08	0,00			0,00	
400073	ADUÇÃO - BISPO (ADUTORA À EE DO CASTELO) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	50 278,83			0,00	50 278,83			0,00	50 278,83	0,00			0,00	
400074	ADUÇÃO - BISPO (DE IFF3) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	5 237,38			0,00	5 237,38			0,00	5 237,38	0,00			0,00	
400075	ADUÇÃO - BISPO (DE TCN1) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	12 569,71			0,00	12 569,71			0,00	12 569,71	0,00			0,00	
400076	ADUÇÃO - BISPO (DE TCN2) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	4 189,90			0,00	4 189,90			0,00	4 189,90	0,00			0,00	
400077	ADUÇÃO - BISPO (DO FURO DO PEDREIRINHA) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	14 664,66			0,00	14 664,66			0,00	14 664,66	0,00			0,00	
400078	ADUÇÃO - BISPO (DO FURO DO FALCÃO TCN5) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1980	20 949,51			0,00	20 949,51			0,00	20 949,51	0,00			0,00	
400079	ADUÇÃO - BISPO (EE DO CASTELO A CISTERNAS DO CASTELO) - MONTEMOR	430362	01/01/1980	8 978,36			0,00	8 978,36			0,00	8 978,36	0,00			0,00	
400080	ADUÇÃO - BISPO (FURO DO FERRO AGULHA A EE CAVALEIROS) - MONTEMOR	430362	01/01/1980	62 848,54			0,00	62 848,54			0,00	62 848,54	0,00			0,00	
400081	ADUÇÃO - VILA (ALIMENTAÇÃO A RESERVATÓRIO R4) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	134 525,79			0,00	134 525,79			0,00	134 525,79	0,00			0,00	
400082	ADUÇÃO - VILA (DO FURO TD2) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	6 534,25			0,00	6 534,25			0,00	6 534,25	0,00			0,00	
400083	ADUÇÃO - VILA (DO FURO TD6-B) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	29 329,32			0,00	29 329,32			0,00	29 329,32	0,00			0,00	
400084	ADUÇÃO - VILA (DO IC11) - MONTEMOR-O-NOVO	430362	01/01/1985	11 422,47			0,00	11 422,47			0,00	11 422,47	0,00			0,00	
400087	ADUÇÃO - VILA (FURO PORTAGEM A EE T. AMOREIRA) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	24 441,10			0,00	24 441,10			0,00	24 441,10	0,00			0,00	
400088	ADUÇÃO - VILA (IC12 E IC10 À EE T. AMOREIRA) - MONTEMOR	430362	01/01/1985	62 848,54			0,00	62 848,54			0,00	62 848,54	0,00			0,00	
400096	ADUÇÃO - ESCOURAL (EE A RESERVATÓRIO PRINCIPAL)	430362	01/01/1979	5 985,57			0,00	5 985,57			0,00	5 985,57	0,00			0,00	
400097	ADUÇÃO - ESCOURAL (FUROS A EE) - ESCOURAL	430362	01/01/1979	33 918,26			0,00	33 918,26			0,00	33 918,26	0,00			0,00	
400107	RESERVATÓRIOS - ANTIGO SEMI ENTERRADO - ESCOURAL	430362	01/01/1949	6 733,77			0,00	6 733,77			0,00	6 733,77	0,00			0,00	
400109	RESERVATÓRIOS - NOVO APOIADO - ESCOURAL	430362	01/01/1944	11 222,95			0,00	11 222,95			0,00	11 222,95	0,00			0,00	
400117	RESERVATÓRIOS - APOIADO - EE CAVALEIROS - MONTEMOR	430362	01/01/1980	14 963,94			0,00	14 963,94			0,00	14 963,94	0,00			0,00	
400118	RESERVATÓRIOS - ENTERRADO - CISTERNA GRANDE CASTELO - MONTEMOR	430362	02/01/2002	22 695,30	####	GR	4 300,00	26 995,30			0,00	26 995,30	0,00			0,00	
400119	RESERVATÓRIOS - ENTERRADO - CISTERNA PEQUENA CASTELO - MONTEMOR	430362	02/01/2002	8 479,56			0,00	8 479,56			0,00	8 479,56	0,00			0,00	
400120	RESERVATÓRIOS - APOIADO - EE TORRE AMOREIRA - MONTEMOR	430362	01/01/1985	39 554,67			0,00	39 554,67			0,00	39 554,67	0,00			0,00	
400121	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	25 438,69			0,00	25 438,69			0,00	25 438,69	0,00			0,00	
400122	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	25 438,69			0,00	25 438,69			0,00	25 438,69	0,00			0,00	
400123	RESERVATÓRIOS - APOIADO - ENCOSTA DO CASTELO - MONTEMOR	430362	01/01/1980	52 373,78			0,00	52 373,78			0,00	52 373,78	0,00			0,00	
400124	RESERVATÓRIOS - APOIADO - HERDADE DA RATA - MONTEMOR	430362	01/01/1985	279 326,82			0,00	279 326,82			0,00	279 326,82	0,00			0,00	
TOTAL...				1 280 082,94 €			4 300,00 €	1 284 382,94 €			5 587,44 €	1 208 229,25 €	76 153,69 €			0,00 €	

Ativos no âmbito do processo de transferência de competências

No âmbito do processo de transferências de competências em matéria de educação e de saúde, foram transferidos para a responsabilidade do município diversos ativos, nomeadamente o edifício da Escola EB 2,3 – S. João de Deus e respetivo equipamento, sem que o Ministério da Educação tenha comunicado ao município de Montemor-o-Novo os valores destes ativos. Consultado o Portal das Finanças não se encontrou qualquer registo destes imóveis, pelo que não foi possível reconhecer estes ativos no património do município. Quanto à transferência do Ministério da Saúde, embora conste do auto de transferência a identificação do Centro de Saúde de Montemor, também aqui não foi transmitido qualquer valor sobre o imóvel. Dado que o Município possui planta do mesmo, procedeu-se à estimativa do seu valor atual através do simulador existente no portal da AT.

IV.4.2.5 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

IV.4.2.6 Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No Município de Montemor-o-Novo não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

IV.4.2.7 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

IV.4.2.8 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

IV.4.2.9 Instrumentos Financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

Clientes; Contas a receber; Fornecedores; Contas a pagar; Financiamentos obtidos; Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

IV.4.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

IV.4.2.11 - Regime do Acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Montemor-o-Novo, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14. Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

IV.4.2.12 - Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;

Especializações diversas.

IV.4.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

IV.4.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, conseqüentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

IV 5 - NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a. Bases de mensuração

No exercício de 2022 não se verificou qualquer variação no ativo bruto dos ativos intangíveis, o que significa que não se registaram quer adições, quer diminuições.

b. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas uteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

c. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 19.595,58 euros.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 o valor escriturado passou de 380.600,51 euros para 317.503,56 euros.

Seguem-se os quadros à nota 3 com a discriminação dos respetivos valores:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade e acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade e acumuladas	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441 Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
442 Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
443 Programas de computador e sistemas de informação	628 181,74 €	581 256,39 €	0,00 €	46 925,35 €	631 748,74 €	600 851,97 €	0,00 €	30 896,77 €
444 Propriedade industrial e intelectual	16 540,43 €	0,00 €	0,00 €	16 540,43 €	16 540,43 €	0,00 €	0,00 €	16 540,43 €
446 Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
454 Ativos intangíveis em curso	317 134,73 €	0,00 €	0,00 €	317 134,73 €	270 066,36 €	0,00 €	0,00 €	270 066,36 €
TOTAL	961 856,90 €	581 256,39 €	0,00 €	380 600,51 €	918 355,53 €	600 851,97 €	0,00 €	317 503,56 €

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	46 925,35	3 567,00		0,00	0,00	-19 595,58	0,00	30 896,77
444 Propriedade industrial e intelectual	16 540,43			0,00	0,00	0,00	0,00	16 540,43
446 Outros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	317 134,73	56 898,00	-103 966,37	0,00	0,00	0,00	0,00	270 066,36
TOTAL	380 600,51	60 465,00	-103 966,37	0,00	0,00	-19 595,58	0,00	317 503,56

Q 3.2A - AI - desagregação das adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	3 567,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		3 567,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	56 898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56 898,00
TOTAL	0,00	60 465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 465,00

NOTA 4 - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Montemor-o-Novo.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não ser conhecidos os respetivos valores.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas uteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Rubricas	Inicio do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	692 689,38	0,00	0,00	692 689,38	725 583,43 €	- €	0,00	725 583,43
Edifícios e outras construções	1 683 143,48	1 027 272,86	0,00	655 870,62	1 683 143,48 €	1 057 304,48 €	0,00	625 839,00
Infraestruturas	81 474 638,91	69 291 594,28	0,00	12 183 044,63	86 100 645,74 €	70 171 867,31 €	0,00	15 928 778,43
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21	0,00	0,00	69 759,21	69 759,21 €	- €	0,00	69 759,21
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	- €	- €	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	3 527 940,36	0,00	0,00	3 527 940,36	1 282 619,45 €	- €	0,00	1 282 619,45
	87 448 171,34	70 318 867,14	0,00	17 129 304,20	89 861 751,31	71 229 171,79	0,00	18 632 579,52
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 730 959,84	0,00	0,00	14 730 959,84	15 323 999,54	0,00	0,00	15 323 999,54
Edifícios e outras construções	33 988 539,83	20 191 317,04	0,00	13 797 222,79	36 553 310,98	21 055 735,08	0,00	15 497 575,90
Equipamento básico	3 069 423,47	2 394 170,48	0,00	675 252,99	3 488 886,60	2 564 715,24	0,00	924 171,36
Equipamento de transporte	3 619 476,09	2 704 308,49	0,00	915 167,60	3 694 146,69	2 952 044,21	0,00	742 102,48
Equipamento administrativo	1 179 935,12	981 163,43	0,00	198 771,69	1 325 388,30	1 052 998,81	0,00	272 389,49
Equipamentos biológicos	19 459,65	19 459,65	0,00	0,00	19 459,65	19 459,65	0,00	0,00
Outros	1 824 957,18	1 495 118,48	0,00	329 838,70	1 930 202,55	1 559 208,32	0,00	370 994,23
Ativos fixos tangíveis em curso	2 310 736,87	0,00	0,00	2 310 736,87	1 843 014,28	0,00	0,00	1 843 014,28
	60 743 488,05	27 785 537,57	0,00	32 957 950,48	64 178 408,59	29 204 161,31	0,00	34 974 247,28
TOTAL	148 191 659,39	98 104 404,71	0,00	50 087 254,68	154 040 159,90	100 433 333,10	0,00	53 606 826,80

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	692 689,38 €	32 894,05 €						725 583,43 €
Edifícios e outras construções	655 870,62 €					-30 031,62 €		625 839,00 €
Infraestruturas	12 183 044,63 €	2 645 579,31 €	1 980 427,52 €			-880 273,03 €		15 928 778,43 €
Património histórico, artístico e cultural	69 759,21 €							69 759,21 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	13 601 363,84 €	2 678 473,36 €	1 980 427,52 €	0,00 €	0,00 €	-910 304,65 €	0,00 €	17 349 960,07 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 730 959,84 €	643 039,70 €					-50 000,00 €	15 323 999,54 €
Edifícios e outras construções	13 770 330,79 €	2 591 663,15 €				-864 418,04 €		15 497 575,90 €
Equipamento básico	675 252,99 €	312 366,49 €	112 812,94 €			-176 261,06 €		924 171,36 €
Equipamento de transporte	915 167,60 €	74 670,60 €				-247 735,72 €		742 102,48 €
Equipamento administrativo	198 771,69 €	167 584,90 €				-93 967,10 €		272 389,49 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €						0,00 €
Outros	329 838,70 €	105 466,55 €				-64 311,02 €	0,00 €	370 994,23 €
Ativos fixos tangíveis em curso	5 865 569,23 €	2 239 099,73 €	-4 979 035,23 €					3 125 633,73 €
	36 485 890,84 €	6 133 891,12 €	-4 866 222,29 €	0,00 €	0,00 €	-1 446 692,94 €	-50 000,00 €	36 256 866,73 €
TOTAL	50 087 254,68 €	8 812 364,48 €	-2 885 794,77 €	0,00 €	0,00 €	-2 356 997,59 €	-50 000,00 €	53 606 826,80 €

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais					32 894,05						32 894,05
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas		2 583 164,54								62 414,77	2 645 579,31
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Outros											0,00
Bens de domínio público em curso											0,00
	0,00	2 583 164,54	0,00	0,00	32 894,05	0,00	0,00	0,00	0,00	62 414,77	2 678 473,36
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas											0,00
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Ativos fixos em concessão em curso											0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		114 012,00		519 370,00	9 657,70						643 039,70
Edifícios e outras construções		954 199,25		1 558 110,00	28 973,17					50 380,73	2 591 663,15
Equipamento básico		271 286,96		41 079,53							312 366,49
Equipamento de transporte		73 670,60		1 000,00							74 670,60
Equipamento administrativo		167 584,90									167 584,90
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		87 466,55		18 000,00							105 466,55
Ativos fixos tangíveis em curso		202 293,19								2 062,86	2 025 000,05
	0,00	3 691 157,45	0,00	2 137 559,53	38 630,87	0,00	0,00	0,00	0,00	52 443,59	5 919 791,44
TOTAL	0,00	6 274 321,99	0,00	2 137 559,53	71 524,92	0,00	0,00	0,00	0,00	114 858,36	8 598 264,80

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 000,00	-50 000,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 000,00	-50 000,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-50 000,00	-50 000,00

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Valor
4301	Terrenos	
4302	Edifícios e outras construções	272 343,64 €
4303	Infraestruturas do domínio público	44 822 352,62 €
432	Edifícios e outras construções	6 140 594,06 €
433	Equipamento básico	1 882 757,42 €
434	Equipamento de transporte	1 492 356,55 €
435	Equipamento administrativo	744 206,44 €
436	Equipamento biológico	19 459,65 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	1 267 184,73 €
	TOTAL	56 641 255,11 €

Q 3.6 - ATIVOS INTANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Valor
44.3	Programas de computador e sistemas de informação	562 358,28 €
44.4	Propriedade industrial e intelectual	
	TOTAL	562 358,28 €

Valor escriturado e bens totalmente depreciado e em uso é de 56.641.255,11 euros. Trata-se predominantemente de infraestruturas e de equipamento básico.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

O Município não detém locações financeiras como locatário.

6.2 – Locações operacionais – Locatário

Q.6.2 - Locações operacional - Locatário

Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Período		Acumulado		
		Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	
Equipamento multifunções	230 372,02 €	79 393,84 €		167 328,49 €		150 978,18 €		230 372,02 €		

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b. Custo de empréstimo obtidos

No final do exercício de 2022 o município tinha 2 empréstimos contratados, enquadrados no artigo 51º do REFALEI, destinados a financiar investimentos.

De acordo com o quadro dos respetivos contratos o município irá liquidar esses empréstimos até ao final de 2034, num quadro de encargos plurianuais relativos a amortizações conforme quadros seguintes:

Financiamentos	31-12-2022			31-12-2021		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €
- CGD	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €
TOTAL	90 526,82 €	510 669,59 €	601 196,41 €	61 499,32 €	614 857,91 €	676 357,23 €

ANOS	CGD
2023	90 526,82
2024	90 526,82
2025	90 526,82
2026	90 526,89
2027	29 027,50
2028	29 027,50
2029	29 027,50
2030	29 027,50
2031	29 027,50
2032	29 027,50
2033	29 027,50
2034	35 896,56
Totais	601 196,41

Segue-se o mapa de empréstimos:

Mapa de empréstimos

Município de Montemor-o-Novo																											
Período de relato: 01/01/2022 a 31/12/2022																											
Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal ID1003296			
	Número do contrato	Nome da instituição				Número de registo	Data		Contratado ID10195	Utilizado	Amortizações do capital			Juros			Outros encargos			Capital ID1003289	Juros ID1003290	Outros encargos ID1003291	Em 01/01 ID1003292		Em 31/12 ID1003293	Empréstimos contratados até 31/12/2013	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											A16 N	Ano N	Previsões após N	A16 N	Ano N	Previsões após N	A16 N	Ano N	Previsões após N								
Médio e Longo Prazo - Não Isentos	08008222291	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2015-07-17	10	5	1600/15	2015-02-19	CONSTRUÇÃO OFICINA DA CRIANÇA E PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA OS SERVIÇOS	125007,7	491994,63	184497,96	61499,32	245997,35	21491,2	3404,64	4850,22	0	0	0	0	394,8	0	307496,67	245997,35	0	491994,63	LEI Nº73/2013 DE 03 DE SETEMBRO
	65040045091	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2019-11-26	15	1	3986/19	2020-11-10	REABILITAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR	1916614	368860,06	0	106615	35599,06	628,13	2062,65	5093,13	0	0	0	0	0	0	368860,06	35599,06	0	368860,06	LEI Nº73/2013 DE 03 DE SETEMBRO
Totais...									2446621,7	860855,9	184497,96	7590,82	60196,41	22119,33	5467,29	5578,152	0	0	0	0	394,8	0	676357,23	60196,41	0	860855,9	

NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2022			
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Depreciações Acumuladas	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	141 117,86 €	- €		141 117,86 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	12 613,75 €	12 613,75 €		- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	342 941,12 €	113 370,27 €		229 570,85 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	2 374 935,22 €			2 374 935,22 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €		- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	223 297,06 €	72 398,98 €		150 898,08 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	552 727,00 €			552 727,00 €
Propriedades de investimento	Gerador de caixa	- €			
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	154 040 159,90 €		100 433 333,10 €	53 606 826,80 €
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	918 355,53 €		600 851,97 €	317 503,56 €

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2022 é a seguinte:

b. Quantia bruta e líquida do período

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	223 297,06 €	72 398,98 €	150 898,08 €	189 522,38 €	66 721,20 €	122 801,18 €
Matérias-primas	18 953,16 €	0,00 €	18 953,16 €	17 846,29 €	0,00 €	17 846,29 €
Matérias subsidiárias	15 878,69 €	0,00 €	15 878,69 €	15 332,65 €	0,00 €	15 332,65 €
Peças e outros materiais de manutenção	10 436,01 €	0,00 €	10 436,01 €	10 063,87 €	0,00 €	10 063,87 €
Outros materiais diversos de consumo	178 029,20 €	0,00 €	178 029,20 €	146 279,57 €	0,00 €	146 279,57 €
TOTAL	223 297,06	72 398,98	150 898,08	189 522,38	66 721,20	122 801,18

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00						0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	122 801,18	85 287,70	51 513,02		5 677,78				150 898,08
TOTAL	122 801,18	85 287,70	51 513,02	0,00	5 677,78	0,00	0,00	0,00	150 898,08

Durante o exercício registou-se um aumento da quantia recuperável nos inventários no valor de 28.096,90 euros.

INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

	2022			2021		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	189 522,38	189 522,38	0,00	196 982,40	196 982,40
Compras	0,00	85 287,70	85 287,70	0,00	39 219,39	39 219,39
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	2 008,71	2 008,71
Existências finais	0,00	223 297,06	223 297,06	0,00	189 522,38	189 522,38
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	51 513,02	51 513,02	0,00	48 688,12	48 688,12

O quadro acima evidencia o detalhe o CMVMC, verificando-se um aumento no respetivo custo.

NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte

	31/12/2022	31/12/2021
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	2 706 985,51	2 414 203,13
Venda de bens	969 423,31	986 590,02
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	13 719,97	0,00
Rendas em propriedades de investimento	127 302,78	136 594,59
TOTAL	3 817 531,57	3 537 387,74

Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 5,4% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2022					31/12/2021				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	1 987 685,39 €		- €	- €		1 617 018,23		0,00	0,00	
Impostos indiretos	1 480 134,38 €		1 731,82 €	25,00 €		377 018,23		987,57	1 731,82	
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €					0,00				
Taxas	201 165,01 €		45 604,83 €	1 109,83 €		187 352,27		25 261,07	45 604,83	
Multas e outras penalidades	11 355,35 €		- €	- €		7 885,76		0,00	0,00	
Transferências sem condição	12 664 482,79 €	5 493 614,12 €	- €	- €		11 897 805,77	4 113 969,02	0,00	0,00	
Transferências com condição		1 423 528,73 €	660 615,96 €	141 117,86 €			1 503 106,63	1 020 420,40	660 615,96	
Subsídios sem condição	- €	- €	- €	- €		0,00	0,00		0,00	
Subsídios com condição	- €	- €	- €	- €		0,00	0,00	0,00	0,00	
Legados, ofertas e doações		2 181 004,92 €								
Outros	- €									
TOTAL	16 344 822,92 €	9 098 147,77 €	707 952,61 €	142 252,69 €	0,00	14 087 080,26	5 617 075,65	1 046 669,04	707 952,61	0,00

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi considerada adequada a provisão para os processos judiciais em curso.

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No Município de Montemor-o-Novo as provisões estão relacionadas com os processos judiciais em curso, de acordo com o mapa seguinte:

Q15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	642 415,72	0,00	105 341,34	0,00	105 341,34	0,00	3 000,00	0,00	3 000,00	744 757,06
TOTAL	642 415,72	0,00	105 341,34	0,00	105 341,34	0,00	3 000,00	0,00	3 000,00	744 757,06

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, em que foram mantidas as respetivas provisões e constituídas novas, pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Q15.2 - Passivos Contingentes				
N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações
411/16.T9EVR	Comarca de Évora - Juízo Central Cível e Criminal de Évora - J1	Custódio Manuel Pinto Quintal	277 860,00	Fase e execução da Sentença
Proc. n.º 467/08.9BELRA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Construções Aquino e Rodrigues, S.A.	26 681,28	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 346/08.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	João Batista de Carvalho Reis Malta	971 975,00	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 251/13.8BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Maria Teresa Mira de Almeida Faria de Sousa Mendes	302 057,09	Ação Administrativa Comum – Forma Ordinária
Proc. n.º 445/13.6BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.	169 752,00	Ação Administrativa
Proc. n.º 568/18.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Ministério Público	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 550/18.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Sociedade Agrícola da Herdade da Sexta Velha, Ldª	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 547/18.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	IMATLÂNTICO – Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, Ldª	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 642/16.2BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Iceblock, Sociedade de Construções, S.A.	4 055,99	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 333/17.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ldª	34 560,77	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 300/13.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.	1 302 406,31	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 424/18.7BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	30 000,01	Ação Administrativa Comum
Proc. n.º 102/21.5BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local	2 730,13	
Proc. n.º 358/22.0BEBJA	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Augusto Francisco Rebotim Pascoal e Ulf Herbert Ding	164 000,00	
Proc. n.º 1217/19.0T8MMN	Tribunal Judicial da Comarca de Évora	Carmen Isabel Nunes Calhau	82 223,12	
Proc. n.º 408/122.0BEBJA	Tribunal Administrativo de Beja	Constradas - Estradas e Construção Civil, SA	280 483,62	
			3 738 785,35	

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021			
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.							
		1431.							
		41. Se MEP							
		Subtotais							
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/ transf.sub.emp.bonif.							
		201. - Dev. por transf. e sub. não reemb.	141 117,86	-	141 117,86	660 615,96		660 615,96	
		203. - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	12 613,75	12 613,75	-	12 613,75	12 613,75	-	
		Cientes, contribuintes e utentes				-	-		-
		211 - Clientes c/ c	202 864,07		202 864,07	197 916,05		197 916,05	
		213 - Contribuintes	41,44		41,44	1 887,34		1 887,34	
		214 - Utentes	1 109,83		1 109,83	45 604,83		45 604,83	
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	138 925,78	113 370,27	25 555,51	399 446,85	308 800,86	90 645,99	
		Outros ativos					-		-
		23802 + 23822 - Pessoal	-		-	-		-	
		24 - Estado e out.ent.públicos	1 186,74		1 186,74	-		-	
		270 - Dev por contratos de cedência	59 699,16		59 699,16				
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1 994 824,33		1 994 824,33	1 712 092,42		1 712 092,42	
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	-		-	-		-	
		2772 ; 27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades; 27811	585 217,13	264 805,40	320 411,73	559 056,20	279 029,10	280 027,10	
		11.+12.+13. - Outros ativos financeiros	4 070 756,16		4 070 756,16	5 260 335,70		5 260 335,70	
	41 Participações financeiras	552 727,00		552 727,00	552 727,00		552 727,00		
	Subtotais	7 761 083,25	390 789,42	7 370 293,83	9 402 296,10	600 443,71	8 801 852,39		
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo								
		...							
	Subtotais								
	Totais			7 761 083,25	390 789,42	7 370 293,83	9 402 296,10	600 443,71	8 801 852,39

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Participações financeiras

Outras contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Ativo corrente		
Devedores por contratos de cedência	59 699,16	0,00
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	1 994 824,33	1 712 092,42
- Devedores por acréscimos de rendimentos	1 994 824,33	1 712 092,42
- Juros a receber e outros rendimentos financeiros	0,00	0,00
- Outros acréscimos de rendimentos	253 611,18	252 452,49
- Impostos e taxas imputados ao período	1 317 000,00	1 240 000,00
Operações financeiras	424 213,15	219 639,93
Outros devedores	320 411,73	280 027,10
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	0,00
Outros devedores	320 411,73	280 027,10
Cauções - Entregues a terceiros		0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
- Devedores por empréstimos não bonificados	0,00	0,00
Totais	2 374 935,22	1 992 119,52

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2023 e que reporta o exercício de 2022.

Participações financeiras - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos:

Participações Financeiras

	31/12/2021	Aumento	Redução	31/12/2020
Participações sociais				
Fundo de Apoio Municipal	552 727,00			552 727,00
Outras participações de capital	0,00			0,00
TOTAIS	552 727,00	0,00	0,00	552 727,00

PASSIVOS FINANCEIROS

Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	1 355 085,03		1 355 085,03	1 608 422,51		1 608 422,51
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	-		-	-		-
		218 - Adiantamento de clientes	-		-	-		-
		22 Fornecedores	295 731,28		295 731,28	320 177,41		320 177,41
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	-		-	-		-
		24 - Estado e out.ent.públicos	106 374,58		106 374,58	92 766,15		92 766,15
		271 - Fornecedores de investimentos	189 195,42		189 195,42	503 680,36		503 680,36
		2722 - Cred. por acréscimos	1 734 887,46		1 734 887,46	1 458 644,03		1 458 644,03
		276.+277.+ 2785.27892 - Credores diversos	241 663,99		241 663,99	306 598,57		306 598,57
		- Rendimentos a reconhecer			-			-
	25 Financiamentos obtidos	601 196,41		601 196,41	562 411,69		562 411,69	
		Subtotais	4 524 134,17		4 524 134,17	4 852 700,72		4 852 700,72
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...			-			-
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos	...			-			-	
	Subtotais			-			-	
	Totais	4 524 134,17		4 524 134,17	4 852 700,72		4 852 700,72	

O valor detalhado do passivo financeiro é convergente com os valores contantes no balanço.

Do passivo financeiro 13,29% correspondem a financiamentos obtidos e 38,35% correspondem a credores por acréscimos de gastos.

A dívida a fornecedores resulta da atividade normal do Município enquanto as dívidas correntes a fornecedores de investimentos respeitam as dívidas de investimento, assumindo, no conjunto um peso de 6,54% no passivo financeiro.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Passivo não corrente		
- Cauções	226 750,74 €	237 370,14 €
Cauções	226 750,74 €	237 370,14 €
Passivo corrente		
- Cretores por acréscimos de gastos	1 734 887,46 €	1 414 559,84 €
- Remunerações a Liquidar	1 299 298,47 €	851 792,90 €
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	394,80 €	- €
- Outros acréscimos de gastos	435 194,19 €	562 766,94 €
- Outros devedores e cretores por transferências e subsídios	- €	- €
- Cretores por subscrições não liberadas	- €	- €
- Outros cretores	14 913,25 €	13 852,95 €
- Outros cretores	14 913,25 €	13 852,95 €
Totais	1 976 551,45 €	1 665 782,93 €

NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Município de Montemor-o-Novo não detém participações em entidades que controla, não sendo, por isso aplicável.

Na sequência do atrás referido não é igualmente aplicável a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

NOTA 23 - ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Q 30 - Alterações no Património Líquido

Rubricas	01/01/2022	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2022
51 - Património	99 506 607,49 €						99 506 607,49 €
55 - Reservas	2 816 109,48 €	0,00 €				0,00 €	2 816 109,48 €
- Reservas legais	1 408 054,74 €						1 408 054,74 €
- Outras reserva	1 408 054,74 €						1 408 054,74 €
- Cedências a título gratuito							0,00 €
- Transferências de outras entidades							0,00 €
56 - Resultados transitados	-63 511 095,80 €	190 121,70 €	0,00 €		0,00 €	36 063,98 €	-63 320 029,26 €
- Resultados transitados De períodos anteriores	-60 415 502,01 €	190 121,70 €				17 559,57 €	-60 242 939,88 €
- Resultados transitados Regularizações	0,00 €					18 504,41 €	18 504,41 €
- Ajustamentos de transição POCAL/ SNC-AP	-3 095 593,79 €						-3 095 593,79 €
- Ajustamentos de reorganização de operações							0,00 €
- Alteração de políticas contabilísticas							0,00 €
57 - Ajust. em ativos financeiros	0,00 €					0,00 €	0,00 €
- Relacionados com o MEP							0,00 €
59 - Outras variações no património líquido	13 526 191,60 €		0,00 €				17 132 727,09 €
- Transferências e subsídios de capital							
- Ativos depreciables	9 707 520,48 €			706 376,93 €			10 413 897,41 €
- Ativos não depreciables							
- Outras transferências, sub.capital	3 807 014,12 €					0,00 €	4 526 167,76 €
- FEF Capital	1 942 803,13 €			712 109,05 €			2 654 912,18 €
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1 864 210,99 €			7 044,59 €			1 871 255,58 €
- Doações obtidas	11 657,00 €					2 181 004,92 €	2 192 661,92 €
- Transferências de ativos	0,00 €						0,00 €
818 - Resultados líquido do exercício	190 121,70 €	-190 121,70 €	0,00 €		- 691 420,97 €		-691 420,97 €
TOTAL	52 527 934,47 €		0,00 €	1 425 530,57 €	-691 420,97 €	36 063,98 €	55 443 993,83 €

As variações no património líquido no exercício de 2022, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2021 para resultados transitados (190.121,70 euros);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2022 no montante - 691.420,97 euros;
3. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes;
4. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, no total de 1.415.373,00 euros, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos.

ALTERAÇÕES OCORRIDAS AO NÍVEL DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

CONTA		01/01/2022	Aumentos/Pedidos de pagamento	Reposições/Correções VU	Transferência	Especialização	Diminuições	31/12/2022
2822	Transf.sub.p/aquis.ativos deprec. c/ Condições em exec	2 429 815,34	1 423 528,73	0,00	1 854 978,91		0,00	1 998 365,16
	CP - FUNDO SALVAGUARDA - Castelo	1 624 771,57	0,00		0,00		0,00	1 624 771,57
	Outros	14 814,37	44 720,24		14 814,37			44 720,24
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTE	212 265,08	27 574,51		239 839,59			0,00
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO ESPAÇOS EXTERIORES, ACES	0,00	0,01		0,01			0,00
	FEDER - MODERNIZAÇÃO AC@2020	0,00	4 320,88		4 320,88			0,00
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EB/JI SANTIAGO ESCOURAL	250 754,77	73 075,47		323 830,24			0,00
	FEDER - PEDU - IMPLM PERCURSOS LIVRES DE OBSTÁCU	0,00	59 064,56		59 064,56			0,00
	FEDER - PEDU - RUA DE AVIZ E OUTRAS	0,00	60 907,35		60 907,35			0,00
	FEDER - PEDU - REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	0,00	235,77		235,77			0,00
	FEDER - PEDU - REMODELAÇÃO ENVOLVENTE MERCAD	0,00	40 025,28		40 025,28			0,00
	FEDER - CENTROS DE ACOLHIMENTO TURISTICO INTERP	69 598,09	0,00		0,00			69 598,09
	FEDER - PEDU - REQ ESP PÚB AMB URB RTEÓFILO BRAGA	224 586,01	886 908,21		1 111 494,22			0,00
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO EB1 MN E REFETÓRIO ESCO	33 025,45	176 118,63		446,64			208 697,44
	FEDER - REQUALIFICAÇÃO JI Nº1 DE MN	0,00	45 466,08		0,00			45 466,08
	FEDER - ALENTEJO EM CENA	0,00	5 111,74		0,00			5 111,74

593	Transf.sub.p/aquis.ativos deprec.	13 514 534,60	3 493 626,61	0,00	0,00	2 096 175,57	0,00	14 940 065,17
	Associações Municípios	0,00	28 079,53			0,00		28 079,53
	Outros	1 082 787,33	0,22		0,00	148 696,14		934 091,41
	Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 180 977,88	0,00		0,00	86 443,88		1 094 534,00
	Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	482 972,82	0,00		0,00	37 357,12		445 615,70
	Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	697 737,37	3 091,96		0,00	118 737,03		582 092,30
	Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	185 279,75	0,00		0,00	95 600,32		89 679,43
	Remodelação da Rua da Janelinha	550 831,80	0,00		0,00	76 504,37		474 327,43
	Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	284 988,01	0,00		0,00	39 581,15		245 406,86
	Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	148 343,09	0,00		0,00	30 925,79		117 417,30
	OUTROS PROGRAMAS - SUBSTITUIÇÃO VEÍCULOS DE SER	37 766,02	7 622,63		0,00	16 631,28		28 757,37
	PISTA DE ATLETISMO	305 242,79	0,00		0,00	28 873,22		276 369,57
	ILUMINAÇÃO DO CASTELO	9 708,81	353,91		0,00	1 213,68		8 849,04
	BENEFICIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA FA	69 402,19	0,00		0,00	12 689,60		56 712,59
	FEDER - PEDU - Rua de Avis e outras	865 790,61	60 321,79		0,00	113 490,24		812 622,16
	FEDER - PEDU - REABILITAÇÃO MERCADO MUNICIPAL	697 234,83	0,00		0,00	14 556,72		682 678,11
	FEDER - PEDU - REMODELAÇÃO ENVOLVENTE MERCAD	280 934,37	39 281,95		0,00	41 526,72		278 689,60
	FEDER - CENTROS DE ACOLHIMENTO TURISTICO INTERP	37 748,15	0,00		0,00	1 572,84		36 175,31
	Modernização Administrativa - AC@2020	6 708,72	1 127,95		0,00	7 836,67		0,00
	SECTORIZAÇÃO E MACROMEDIAÇÃO SISTEMAS ABASTE	15 899,28	199 352,06		0,00	31 572,46		183 678,88
	IMPLM PERCURSOS LIVRE OBSTÁCULOS	397 882,22	59 064,56		0,00	68 151,60		388 795,18
	REQUALIFICAÇÃO ESPAÇOS EXTERIORES, ACESSOS E TE	551 041,57	0,00		0,00	57 327,38		493 714,19
	REQUALIFICAÇÃO EB/JI SANTIAGO ESCOURAL	0,00	323 830,24		0,00	1 855,76		321 974,48
	REQUALIF. DO ESP. R TEÓFILO BRAGA LARGOS E PRAÇA	0,00	1 111 494,22		0,00	10 250,50		1 101 243,72
	FEDER antigo	1 508 533,28	1 485,12		0,00	87 334,74		1 422 683,66
	Outras	309 709,59	0,00		0,00	0,00		309 709,59
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 942 803,13	1 101 288,00		0,00	389 178,95		2 654 912,18
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1 864 210,99	585 312,00		0,00	578 267,41		1 871 255,58

Nota 24 - Diferimentos

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2022, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	1 270 985,58	1 373 267,46
Peças, ferramenta e utensílios	0,00	0,00
Vestuário e artigos pessoais	22 508,58	20 549,48
Material de escritório	10 664,42	10 544,74
Artigos de Higiene e Limpeza	19 085,92	10 525,00
Medicamentos e artigos para a saúde	292,00	371,70
Outros materiais	703,10	722,27
Rendas	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	1 894,50	3 700,29
Totais	1 326 134,10	1 419 680,94

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2022, foram os seguintes:

Diferimentos passivos	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos a reconhecer		
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	1 998 365,16	2 429 815,34
- Administrações públicas	1 669 491,81	1 639 585,94
- FEDER	328 873,35	790 229,40
- Outros	706,99	15 805,32
Totais	1 999 072,15	2 445 620,66

NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS

Q 21 Rendimentos de Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2022	2021
70 Impostos, contribuições e taxas	3 680 340,13	3 174 218,79
71 Vendas	969 423,31	986 590,02
72 Prestações de serviços e concessões	2 706 985,51	2 414 203,13
73 Variações nos inventários da produção	-	-
74 Trabalhos para a própria entidade	-	-
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	12 664 482,79	11 897 805,77
76 Reversões	209 337,37	17 442,88
77 Ganhos por aumentos de justo valor	-	-
78 Outros rendimentos	2 234 423,51	1 063 287,83
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	13 719,97	-
Totais	22 478 712,59	19 553 548,42

Durante os anos de 2022 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 22.478.712,59 euros, o que representa um acréscimo de 14,96% face a 2021.

NOTA 26 - GASTOS E PERDAS

Durante o ano de 2022 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2022	2021
60 Transferências e subsídios concedidos	3 404 667,08	3 257 906,81
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	8 000,00	48 688,12
62 Fornecimentos e serviços externos	7 426 908,47	5 565 107,75
63 Gastos com o pessoal	9 297 966,37	7 214 094,42
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 376 529,15	2 761 325,41
65 Perdas por imparidade	73 248,51	0,00
67 Provisões	0,00	0,00
68 Outros gastos	528 874,95	499 852,97
69 Gastos por juros e outros encargos	10 426,01	16 451,24
Totais	23 126 620,54	19 363 426,72

Comparativamente com 2021 os gastos registaram um crescimento de 19,43%.

NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Q 24 Transferências e subsídios concedidos

60		TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2022	2021
60.1		Transferências correntes concedidas		
		- Estado	0,00	0,00
		- Serviços e Fundos Autônomos	0,00	0,00
		- Associações de Municípios	460 504,61	315 763,59
		- Freguesias	179 589,14	171 554,10
		- Assembleias distritais	0,00	0,00
		- Outros	0,00	0,00
		- Instituições sem fins lucrativos	1 366 771,11	915 311,77
		- Municípios	0,00	0,00
		- Estado	0,00	0,00
		- Famílias	282 591,47	318 325,12
		- Privadas		0,00
		- Outras	81 576,34	136 336,16
		- Prestações sociais	151 848,01	6 960,19
		Subtotal	2 522 880,68	1 864 250,93
60.4		Transferências capital concedidas		
		- Municípios		
		- Freguesias		
		- Associações de Municípios	132 476,08	80 329,65
		- Freguesias	362 185,87	1 135 668,76
		- Instituições sem fins lucrativos	370 431,95	174 157,47
		- famílias	16 692,50	3 500,00
		Subtotal	881 786,40	1 393 655,88
		Totais	3 404 667,08	3 257 906,81

Do total das transferências correntes que ascendem a 74,10%, dos quais foram canalizados para instituições sem fins lucrativos 54,18% para o setor local 25,37%, e para as famílias 11,20%. Os pesos das transferências de capital encontram-se nos 25,90% do total.

NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2022, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 27 FSE

Fornecimentos e serviços externos		2022	2021
621	Subcontratos e parcerias	2 037 852,81	1 798 928,40
	- Serviços de Saneamento básico	309 779,26	0,00
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	408 473,34	346 885,87
	- Tecnologias de informação e comunicação	48 979,89	37 874,75
	- Água - Abastecimento Público	509 333,20	804 461,56
	- Espaços de desporto cultura e lazer	0,00	4 333,33
	- Limpeza Urbana	0,00	0,00
	- Iluminação Pública	253 119,31	177 762,48
	- Transportes Escolares	255 762,33	225 251,95
	- Transportes outros	0,00	0,00
	- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	116 708,41	84 150,68
	- Cantinas Escolares - refeições p/ confeccionadas	125 143,78	104 612,65
	- Outros	10 553,29	13 595,13
622	Serviços especializados	2 393 552,64	1 676 037,75
	- Trabalhos especializados	467 196,12	212 201,22
	- Publicidade comunicação e imagem	113 161,86	96 575,83
	- Vigilância e segurança	243 928,95	183 099,33
	- Honorários	509 988,20	282 425,81
	- Comissões	85 148,56	87 146,34
	- Conservação e reparação	352 512,12	341 746,72
	- Outros serviços especializados	621 616,83	472 842,50
623	Materiais de consumo	441 891,88	337 020,06
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	95 286,23	101 428,12
	- Livros e documentação técnica	7 804,32	2 431,35
	- Material de escritório	31 336,12	31 198,70
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	50 713,72	19 155,37
	- Material de educação cultura e recreio	11 472,60	8 754,97
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pes	22 831,26	29 794,74
	- Medicamentos e artigos para a saúde	35 212,07	19 733,97
	- Produtos químicos e de laboratórios	0,00	0,00
	- Outros fornecimentos e serviços	187 235,56	124 522,84
624	Energia e fluidos	1 344 612,41	844 770,18
	- Electricidade	797 703,91	416 926,13
	- Combustíveis e lubrificantes	413 152,12	290 597,96
	- Água	133 756,38	137 246,09
	- Outros	0,00	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	43 528,57	14 492,38
	- Deslocações e estadas	17 801,33	9 481,02
	- Transportes de pessoal	12 344,49	496,51
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	13 382,75	4 514,85
	- Outros	0,00	0,00
626	Serviços diversos	1 165 470,16	893 858,98
	- Rendas e alugueres	600 665,65	286 560,18
	- Comunicação	123 124,63	110 489,17
	- Seguros	104 594,16	108 607,06
	- Contencioso e notariado	3 775,63	0,00
	- Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00
	- Limpeza, higiene e conforto	69 297,06	40 102,99
	- Outros serviços	264 013,03	348 099,58
	- Fornecimentos e serviços diversos	0,00	0,00
Totais		7 426 908,47	5 565 107,75

Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	212 294,13	213 747,28
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	6 867 152,81	5 482 564,42
<i>Remuneração base</i>	5 007 678,01	4 064 150,93
- <i>Subsídios de férias</i>	454 005,56	360 625,46
- <i>Subsídios de Natal</i>	432 476,28	348 345,13
- <i>Despesas de representação</i>	19 161,02	11 688,00
- <i>Subsídio de refeição</i>	447 490,91	361 014,74
- <i>Gratificações</i>	0,00	0,00
- <i>Suplementos e prémios</i>	65 516,19	53 040,55
- <i>Outros suplementos</i>	0,00	0,00
- <i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	440 824,84	283 699,61
Pensões	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos s/ Remunerações	1 821 321,06	1 155 103,69
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	74 115,84	79 221,12
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com o pessoal	292 615,28	223 839,55
Outros encargos sociais	30 467,25	59 618,36
Totais	9 297 966,37	7 214 094,42

Nota 30 – DEPRECIAÇÕES

Depreciações e Amortizações	2022	2021
Bens do domínio público	910 304,65	1 220 030,34
Edifícios e outras construções	864 418,04	1 020 126,30
Equipamento básico	176 197,04	128 635,52
Equipamento de transporte	247 735,72	234 446,69
Equipamento administrativo	93 967,10	85 925,97
Equipamentos biológicos	0,00	4 653,38
Outros ativos fixos tangíveis	64 311,02	59 907,45
Ativos intangíveis	19 595,58	7 599,76
Totais	2 376 529,15	2 761 325,41

V - Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Verifica-se a continuidade das limitações existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível da aplicação informática e recursos de apoio, o Município de Montemor-o-Novo continuou apenas a cumprir parcialmente os requisitos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão sem dados consistentes no ano em análise.

VI - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

VII - Anexo às Demonstrações Orçamentais

VII.1 – DDORC

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	4 505 369,98 €		435 121,08 €	82 338,04 €	237 506,60 €	5 260 335,70 €	3 342 146,01 €
RI01	Operações orçamentais [1]	4 505 369,98 €		435 121,08 €	82 338,04 €		5 022 829,10 €	3 077 271,49 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria [A]					237 506,60 €	237 506,60 €	264 874,52 €
RA02	Receita corrente	19 861 133,74 €		558 563,17 €			20 419 696,91 €	17 970 851,80 €
R1	Receita fiscal	3 516 451,56 €					3 516 451,56 €	3 245 691,11 €
R1.1	Impostos diretos	3 516 451,56 €					3 516 451,56 €	3 245 691,11 €
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	224 218,11 €					224 218,11 €	145 914,24 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 115 675,18 €					1 115 675,18 €	1 243 821,99 €
R5	Transferências e subsídios correntes	12 645 302,06 €		558 563,17 €			13 203 865,23 €	11 303 061,90 €
R5.1	Transferências correntes	12 645 302,06 €		558 563,17 €			13 203 865,23 €	11 303 061,90 €
R5.1.1	Administrações Públicas	12 645 302,06 €		558 563,17 €			13 203 865,23 €	11 303 061,90 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	12 603 534,14 €		558 563,17 €			13 162 097,31 €	11 286 641,93 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	41 767,92 €					41 767,92 €	16 419,97 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	2 310 884,43 €					2 310 884,43 €	1 954 650,01 €
R7	Outras receitas correntes	48 602,40 €					48 602,40 €	77 712,55 €
RA03	Receita de capital	1 455 071,09 €		1 402 708,59 €			2 857 779,68 €	4 440 851,21 €
R8	Venda de bens de investimento	-11 358,75 €					-11 358,75 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 466 429,84 €		1 402 708,59 €			2 869 138,43 €	4 440 851,21 €
R9.1	Transferências de capital	1 466 429,84 €		1 402 708,59 €			2 869 138,43 €	4 440 851,21 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 466 429,84 €		1 402 708,59 €			2 869 138,43 €	4 440 851,21 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 466 429,84 €		1 393 628,49 €			2 860 058,33 €	4 440 851,21 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			9 080,10 €			9 080,10 €	
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	21 321 034,84 €		1 961 271,76 €			23 282 306,60 €	22 418 879,32 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	4 830,01 €					4 830,01 €	7 176,31 €
RA05	Receita não efetiva [3]							279 796,80 €
R12	Receita com ativos financeiros							1 012,40 €
R13	Receita com passivos financeiros							278 784,40 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	25 826 404,82 €		2 396 392,84 €	82 338,04 €		28 305 135,70 €	25 775 947,61 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					140 988,27 €	140 988,27 €	174 587,10 €
DA01	Despesa corrente	18 787 449,44 €		80 804,14 €			18 868 253,58 €	14 513 216,32 €
D1	Despesas com o pessoal	8 779 329,48 €					8 779 329,48 €	7 295 962,68 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	6 451 263,91 €					6 451 263,91 €	5 304 827,03 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	457 155,35 €					457 155,35 €	350 828,06 €
D1.3	Segurança social	1 870 910,22 €					1 870 910,22 €	1 640 307,59 €
D2	Aquisição de bens e serviços	7 146 692,31 €		80 804,14 €			7 227 496,45 €	5 078 673,62 €
D3	Juros e outros encargos	13 847,92 €					13 847,92 €	15 439,15 €
D4	Transferências e subsídios correntes	2 574 214,02 €					2 574 214,02 €	1 866 415,38 €
D4.1	Transferências correntes	2 574 214,02 €					2 574 214,02 €	1 866 415,38 €
D4.1.1	Administrações Públicas	1 056 692,76 €					1 056 692,76 €	656 701,32 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	1 056 692,76 €					1 056 692,76 €	656 701,32 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 385 909,43 €					1 385 909,43 €	1 074 594,80 €
D4.1.3	Famílias	131 611,83 €					131 611,83 €	135 119,26 €
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	273 365,71 €					273 365,71 €	256 725,49 €
DA02	Despesa de capital	3 319 209,31 €		2 116 470,00 €	82 338,04 €		5 518 017,35 €	6 075 063,33 €
D6	Aquisição de bens de capital	2 428 709,37 €		2 116 470,00 €	82 338,04 €		4 627 517,41 €	4 541 330,38 €
D7	Transferências e subsídios de capital	890 499,94 €					890 499,94 €	1 383 732,95 €
D7.1	Transferências de capital	890 499,94 €					890 499,94 €	1 383 732,95 €
D7.1.1	Administrações Públicas	503 375,49 €					503 375,49 €	1 206 075,48 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	503 375,49 €					503 375,49 €	1 206 075,48 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	387 124,45 €					387 124,45 €	177 657,47 €
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							150 000,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	22 106 658,75 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €		24 386 270,93 €	20 588 279,65 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	75 160,82 €					75 160,82 €	164 838,86 €
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	75 160,82 €					75 160,82 €	164 838,86 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	22 181 819,57 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €		24 461 431,75 €	20 753 118,51 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					151 442,66 €	151 442,66 €	201 955,02 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 644 585,25 €		199 118,70 €		227 052,21 €	4 070 756,16 €	5 260 335,70 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 644 585,25 €		199 118,70 €			3 843 703,95 €	5 022 829,10 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					227 052,21 €	227 052,21 €	237 506,60 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	-785 623,91 €		-236 002,38 €	-82 338,04 €		-1 103 963,33 €	1 830 599,67 €
DA10	Despesa primária	22 092 810,83 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €		24 372 423,01 €	20 572 840,50 €
DA11	Saldo corrente	1 073 684,30 €		477 759,03 €			1 551 443,33 €	3 457 635,48 €
DA12	Saldo de capital	-1 864 138,22 €		-713 761,41 €	-82 338,04 €		-2 660 237,67 €	-1 634 212,12 €
DA13	Saldo primário	-771 775,99 €		-236 002,38 €	-82 338,04 €		-1 090 116,41 €	1 846 038,82 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	25 826 404,82 €		2 396 392,84 €	82 338,04 €		28 305 135,70 €	25 775 947,61 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	22 181 819,57 €		2 197 274,14 €	82 338,04 €		24 461 431,75 €	20 753 118,51 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

O município de Montemor-o-Novo iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 5.022.829,10 euros e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 3.843.703,95 euros. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 237.506,60 euros no início do período para 227.052,21 euros.

O total da receita efetiva arrecadada durante o exercício foi de 23.282.306,60 euros, sem ter ocorrido valores de receita não efetiva.

A despesa ascendeu a 24.461.431,75 euros, com 75.160,82 euros classificada como despesa não efetiva.

Os saldos: global, corrente, de capital e primário foram respetivamente de 1.103.964,33 euros; 1.551.443,33 euros; 2.6600.237,67 euros e 1.090.116,41 euros.

Modificações Orçamentais

Embora a entrada em vigor do SNC-AP que veio alterar o sistema contabilístico das autarquias locais, o ponto 8.3.1 – Modificações do orçamento, foi um dos pontos do POCAL que não foi alterado pelo mesmo.

Apesar de aquando da elaboração dos documentos previsionais, ter existido rigor na sua elaboração, ao longo do ano foi necessário efetuar alguns ajustamentos/correções tanto na previsão das receitas como nas despesas a fim de corrigir algumas previsões em rubricas não previstas ou insuficientemente dotadas.

VII.2 - Operações de Tesouraria

CÓDIGO DAS CONTAS		DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
07	07	Operações de tesouraria	237 506,60	140 988,27	151 442,66	227 052,21
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	237 506,60	140 988,27	151 442,66	227 052,21
07.1.3	07.2.3	Constituição e reforço de cauções e garantias / Devolução de cauções e garantias-AP	237 370,14	137 323,82	147 943,22	226 750,74
07.1.9	07.2.9	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	136,46	3 664,45	3 499,44	301,47
TOTAL			237 506,60	140 988,27	151 442,66	227 052,21

Montemor-o-Novo 13 de abril de 2023